

ETERNIT S.A. E CONTROLADAS

Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2010

(em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
		31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	5	15.101	57.403	2.947	39.751	80.472	31.278
Investimentos temporários	6	40.900	65.400	-	40.900	65.400	-
Contas a receber de clientes	7	63.889	48.529	42.538	135.299	108.886	106.627
Estoques	8	73.918	45.524	40.188	98.445	61.016	59.275
Impostos a recuperar	9	6.303	4.287	2.744	8.799	5.099	3.676
Partes relacionadas	11	16.120	9.289	17.090	-	-	-
Demais contas a receber		5.606	3.484	4.465	16.110	7.078	7.549
Total do ativo circulante		221.837	233.916	109.972	339.304	327.951	208.405
NÃO CIRCULANTE							
Impostos a recuperar	9	22.054	20.855	20.798	22.867	21.334	21.393
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	23.554	25.089	24.614	49.788	37.202	34.845
Depósitos judiciais e incentivos fiscais		7.020	7.944	4.902	11.894	12.140	9.031
Precatórios a receber		431	1.010	1.655	431	1.010	1.655
Demais contas a receber		500	443	492	2.101	3.663	2.123
Outros investimentos		8	8	8	250	246	246
Investimentos em controladas	10	175.441	119.780	111.665	-	-	-
Imobilizado	12	124.999	104.605	97.775	209.989	150.329	140.941
Intangível	12	1.811	917	936	24.454	17.967	17.764
Total do ativo não circulante		355.818	280.651	262.845	321.774	243.891	227.998
TOTAL DO ATIVO		577.655	514.567	372.817	661.078	571.842	436.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
		31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
CIRCULANTE							
Fornecedores	13	32.523	17.831	21.149	41.097	20.805	24.038
Empréstimos e financiamentos	14	441	1.811	132	20.443	30.467	38.146
Salários, provisões e encargos sociais	15	19.638	9.429	9.394	34.842	20.566	17.622
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	9.357	7.237	5.546	29.937	18.785	15.377
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		27.245	18.118	18.137	27.245	18.118	18.137
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17	1.645	1.645	1.645	2.835	2.893	2.718
Provisão para riscos	21	-	-	425	343	-	425
Demais contas a pagar		3.738	3.203	2.850	13.536	7.077	6.414
Total dos passivos circulantes		94.587	59.274	59.278	170.278	118.711	122.877
NÃO CIRCULANTE							
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17	19.286	19.071	18.916	26.570	26.556	26.844
Financiamentos	14	1.071	1.233	501	3.491	1.233	501
Partes relacionadas	11	24.750	22.918	16.632	-	-	-
Provisão para riscos	21	18.457	18.089	11.071	37.966	28.500	17.204
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	6.757	2.739	-	7.017	3.006	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	90	-	-	280	-	-
Remonte da mina		-	-	-	2.505	2.263	2.045
Receitas antecipadas		181	451	721	482	770	1.228
Total do passivo não circulante		70.592	64.501	47.841	78.311	62.328	47.822
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	18	334.251	334.152	226.851	334.251	334.152	226.851
Reserva de capital		18.536	18.513	18.513	18.536	18.513	18.513
Ações em tesouraria		(174)	(174)	(2.906)	(174)	(174)	(2.906)
Reservas de lucros		59.863	38.301	23.240	59.863	38.301	23.240
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		412.476	390.792	265.698	412.476	390.792	265.698
Participação de acionistas minoritários		-	-	-	13	11	7
Total do patrimônio líquido		412.476	390.792	265.698	412.489	390.803	265.705
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		577.655	514.567	372.817	661.078	571.842	436.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ETERNIT S.A. E CONTROLADAS

Demonstrações de Resultado

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receita operacional líquida	23	424.316	333.330	758.745	583.268
Custo dos produtos vendidos		(297.876)	(247.200)	(432.219)	(337.616)
LUCRO BRUTO		126.440	86.130	326.526	245.652
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas		(41.932)	(32.650)	(88.403)	(66.942)
Despesas gerais e administrativas		(44.483)	(27.720)	(91.352)	(53.289)
Remuneração da Administração	11	(6.333)	(6.431)	(9.959)	(11.139)
Despesas financeiras	26	(5.023)	(5.051)	(22.676)	(19.236)
Receitas financeiras	26	14.478	6.734	32.400	18.364
Outras despesas operacionais, líquidas	25	(7.228)	(7.696)	(13.152)	(8.775)
Resultado da equivalência patrimonial	10	76.711	61.482	-	-
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		112.630	74.798	133.384	104.635
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	19	(8.923)	(2.147)	(43.736)	(33.841)
Diferidos	19	(1.622)	468	12.436	2.320
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		102.085	73.119	102.084	73.114
ATRIBUÍVEL A:					
Participação dos acionistas controladores		-	-	102.084	73.114
Participação dos acionistas não-controladores		-	-	1	5
		102.085	73.119	102.085	73.119
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO					
Por ação básico - R\$	18	1,14	1,01	1,14	1,01
Por ação diluído - R\$	18	1,14	1,01	1,14	1,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ETERNIT S.A. E CONTROLADAS

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Reserva de capital			Reservas de lucros			Lucro do período	Atribuível à proprietários da controladora (controladora BR GAAP)	Participação de acionistas minoritários	Total (consolidado IFRS e BR GAAP)	
		Capital social	Subvenção para investimentos	Ágio na aquisição de ações	Ações em tesouraria	Estatutária	Legal					Retenção de lucros
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2009	4	226.851	18.513	-	(2.906)	5.336	6.244	11.660	-	265.698	7	265.705
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	73.114	73.114	5	73.119	
AUMENTO DE CAPITAL SOCIAL	18	107.400	-	-	-	-	-	-	107.400		107.400	
Capital a integralizar	18	(99)							(99)	-	(99)	
Cancelamento de ações próprias	18	-	-	-	2.732	(2.732)	-	-	-	-	-	
Destinação do lucro líquido:												
Apropriação para reservas		-	-	-	-	3.656	3.656	10.481	(17.793)	-	-	
Juros sobre o capital próprio - R\$0,201 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	(15.118)	(15.118)	-	(15.118)	
Dividendos - R\$0,522 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	(40.203)	(40.203)	(1)	(40.204)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		334.152	18.513	-	(174)	6.260	9.900	22.141	-	390.792	11	390.803
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	102.084	102.084	1	102.085	
Capital a integralizar	18	99	-	-	-	-	-	-	99	-	99	
Constituição de reservas		-		23	-	-	-	-	23	-	23	
Destinação do lucro líquido:												
Apropriação para reservas		-	-	-	-	5.104	5.104	11.354	(21.562)	-	-	
Juros sobre o capital próprio - R\$0,201 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	(22.367)	(22.367)	-	(22.367)	
Dividendos - R\$0,522 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	(58.155)	(58.155)	1	(58.154)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		334.251	18.513	23	(174)	11.364	15.004	33.495	-	412.476	13	412.489

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ETERNIT S.A. E CONTROLADAS

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		102.085	73.119	102.085	73.119
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	10	(76.711)	(61.482)	-	-
Depreciação e amortização	12	9.051	10.438	18.154	17.991
Realização do ágio - "mais valia" nos estoques	1.B	-	-	2.539	-
Resultado na baixa de ativos permanentes		349	74	(1.847)	(3.775)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	847	807	2.253	1.063
Provisão para riscos		7.009	6.600	14.560	10.871
Provisão para perdas diversas		1.635	-	4.437	-
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		1.430	1.204	(881)	3.161
Rendimento de aplicações financeiras		(4.360)	-	(4.360)	-
Realização de despesas antecipadas		1.405	1.340	1.929	1.735
Realização de receitas antecipadas		(270)	(270)	(600)	(600)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		1.622	(468)	(12.436)	(2.320)
		44.092	31.362	125.833	101.245
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		(16.186)	(6.854)	(21.591)	(4.389)
Estoques		(29.690)	(4.219)	(32.064)	(273)
Impostos a recuperar		(2.354)	(626)	(3.047)	(389)
Juros recebidos		289	275	289	275
Depósitos judiciais		(3.574)	(3.282)	(4.577)	(3.635)
Outros ativos		(3.007)	2.497	(3.404)	381
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		14.756	(3.334)	16.521	(3.241)
Impostos a recolher		14.012	6.037	48.900	35.234
Provisão para pessoal, salários e encargos sociais		10.211	35	12.431	2.944
Pagamento de contingências		(2.233)	-	(2.233)	-
Outros passivos		(458)	(3.328)	(901)	729
Caixa gerado pelas atividades operacionais		25.858	18.563	136.157	128.881
Juros pagos		(91)	(468)	(91)	(2.607)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.879)	(1.661)	(35.963)	(28.820)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		17.888	16.434	100.103	97.454
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Adições de imobilizado e intangível	12	(31.055)	(17.481)	(58.541)	(28.770)
Dividendos recebidos	10 e 11	56.458	61.168	-	-
Recebimento pela venda de imobilizado		730	26	2.010	1.758
Aquisição da Tégula, líquido do caixa adquirido	10	-	-	(34.303)	-
Aumento de capital em controlada - Neptune		(41.996)	-	-	-
Investimentos temporários	6	28.860	(65.400)	28.860	(65.400)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		12.997	(21.687)	(61.974)	(92.412)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de financiamentos - terceiros		2.916	5.816	126.524	145.833
Mútuo com empresa ligada		(373)	4.556	-	-
Aumento de capital	18	99	107.301	99	107.301
Ágio na emissão de ações		23	-	23	-
Amortização de financiamentos		(4.455)	(2.619)	(134.099)	(153.637)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(71.397)	(55.345)	(71.397)	(55.345)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(73.187)	59.709	(78.850)	44.152
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		(42.302)	54.456	(40.721)	49.194
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	57.403	2.947	80.472	31.278
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	15.101	57.403	39.751	80.472
		(42.302)	54.456	(40.721)	49.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ETERNIT S.A. E CONTROLADAS

Demonstrações do Valor Adicionado

para o exercício em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
RECEITAS					
Vendas de produtos e mercadorias	23	574.610	444.814	991.302	743.393
Outras receitas		783	135	8.442	8.502
Receitas relativas à construção de ativos próprios		12.245	3.846	13.188	8.843
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(847)	(807)	(2.253)	(1.063)
		586.791	447.988	1.010.679	759.675
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custo dos produtos vendidos		(295.081)	(235.597)	(389.845)	(236.156)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(104.333)	(77.884)	(192.097)	(200.007)
Recuperação de valores ativos		(7.710)	(5.323)	(7.736)	(5.319)
Outras doações		(2.453)	(114)	(5.776)	(669)
		(409.577)	(318.918)	(595.454)	(442.151)
VALOR ADICIONADO BRUTO		177.214	129.070	415.225	317.524
DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO	12	(9.051)	(10.438)	(18.154)	(17.991)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		168.163	118.632	397.071	299.533
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado da equivalência patrimonial	10	76.711	61.482	-	-
Receitas financeiras	25	14.478	6.734	32.400	18.364
Outras		697	3.379	1.217	4.881
		91.886	71.595	33.617	23.245
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		260.049	190.227	430.688	322.778
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		46.390	39.335	94.054	67.272
Benefícios		25.777	16.479	49.539	33.147
FGTS		3.700	3.346	6.615	5.225
		75.867	59.160	150.208	105.644
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		61.427	42.294	110.047	91.751
Estaduais		13.182	8.413	39.878	23.987
Municipais		769	729	1.135	1.199
		75.378	51.436	151.060	116.937
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros		5.023	5.051	22.524	24.605
Aluguéis		1.696	1.461	4.811	2.473
Outras		-	-	-	-
		6.719	6.512	27.335	27.078
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos	18	58.156	40.157	58.155	40.203
Juros sobre o capital próprio	18	22.368	15.101	22.367	15.118
Lucros retidos	18	21.561	17.861	21.562	17.793
Participação dos acionistas minoritários		-	-	1	5
		102.085	73.119	102.085	73.119

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

RELATÓRIOS DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
ETERNIT S.A. - São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. ("Companhia") identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eternit S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Eternit S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as IFRSs emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 4, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem sua apresentação. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 2 de março de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Reynaldo Awad Saad
Contador
CRC nº 1 SP 215056/O-1

ETERNIT S.A. E CONTROLADAS

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2010
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eternit S.A. ("Companhia" ou "Eternit"), incorporada no Brasil, com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 - 8º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 30 de janeiro de 1940, é uma companhia de capital aberto registrada no segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. - BM&FBOVESPA, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3. Seus controladores são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações (vide nota explicativa nº 18).

A Companhia e suas controladas ("Companhia" ou "Grupo") têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios.

O Grupo está constituído da seguinte forma:

- A Companhia possui quatro fábricas instaladas nos Estados da Bahia, de Goiás, do Paraná e do Rio de Janeiro.
- A controlada Precon Goiás Industrial Ltda. ("Precon") possui uma fábrica no Estado de Goiás.

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pela Companhia e pela Precon são:

- Telhas e perfis de fibrocimento com material de reforço à base de fibrocimento ou Cimento Reforçado com Fio Sintético - CRFS.
- Telhas metálicas.
- Louças sanitárias e acessórios.
- Painel Wall Eternit (utilizado como paredes e divisórias).
- Pratic Wall (paredes semiprontas).
- Eterplac (placas para fachadas).
- Eterplac Wood (placas cimentíceas em CRFS com acabamento "madeirado").
- Caixas d'água em fibrocimento e polietileno.
- Eterclean (filtro de água para tubulação).
- Perfis metálicos (utilizados na construção de cobertura e paredes internas e externas).

A controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda. ("Tégula") possui cinco fábricas, instaladas nos Estados da Bahia, de Goiás, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo. Os principais produtos industrializados e/ou comercializados são:

- Telhas de concreto.
- Telhas Thermoconfort, com fibras de PVA (fibra sintética) e tinta especial, reduzindo a emissão de calor para a parte interna.
- Aquecedor solar.
- Freshfoil (manta de alumínio que impede a entrada de calor no verão e minimiza a saída no inverno).
- Passarinheira (aumenta a ventilação e evita a entrada de pássaros, morcegos e grandes insetos pelo beiral da casa).

- A controlada Sama S.A. Minerações Associadas (“Sama”), sociedade anônima de capital fechado, localizada no Estado de Goiás, é a única mineradora de crisotila do Brasil e tem como principal objeto social a exploração e o beneficiamento do minério crisotila, o qual é comercializado nos mercados interno e externo.

a) Combinação de negócios

Em 11 de fevereiro de 2010, a Neptune Empreendimentos e Participações Ltda. (“Neptune”), controlada da Companhia, celebrou contrato para aquisição da totalidade das ações representativas do capital social da Tégula, a maior fabricante de telhas de concreto do Brasil, única empresa do setor no País, dotada da mais alta tecnologia de produção de telhas e complementos para telhado. A Tégula possui um portfólio completo para a cobertura de casas, além dos cinco diferentes perfis de telha, que atendem aos diferentes estilos arquitetônicos e possui um conjunto completo de produtos essenciais para o telhado (rufos, caixa d’água, manta de subcobertura, etc.) e sistemas de aquecimento solar para banho.

Como resultado da aquisição, espera-se que o Grupo aumente sua presença nesse mercado. Também se espera a redução de custos por meio de economias de escala.

O efeito da combinação de negócios, na data de aquisição, no balanço do Grupo Eternit foi:

	Valor contábil	Ajuste de valor justo	Valores justos
Ativo circulante:			
Caixa e equivalentes de caixa	4.937	-	4.937
Contas a receber de clientes	6.553	-	6.553
Estoques	6.545	2.539	9.084
Impostos a recuperar	591	-	591
Demais contas a receber	1.115	-	1.115
Total do ativo circulante	19.741	2.539	22.280
Ativo não circulante:			
Demais contas a receber	416	-	416
Intangível	301	1.046	1.347
Imobilizado	19.019	5.626	24.645
Total do ativo não circulante	19.736	6.672	26.408
Total do ativo	39.477	9.211	48.688
Passivo circulante:			
Fornecedores e demais contas a pagar	(5.488)	-	(5.488)
Salários, provisões e encargos sociais	(1.845)	-	(1.845)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(2.423)	-	(2.423)
Total do passivo circulante	(9.756)	-	(9.756)
Passivo não circulante:			
Provisão para riscos (i)	(3.017)	-	(3.017)
Demais contas a pagar	(111)	-	(111)
Ativos adquiridos e passivos assumidos	26.593	9.211	35.804
Contraprestação transferida (caixa)			39.240
Ágio (“goodwill”)			3.436

(i) A Companhia efetuou as análises das contingências possíveis e não reconheceu nenhum montante destes riscos (vide nota explicativa nº 21), por não foi sido possível determinar o seu valor justo com confiabilidade.

O ágio e a mais-valia dos ativos adquiridos e passivos assumidos que surgiram dessa aquisição representam o benefício econômico futuro esperado das sinergias decorrentes da combinação de negócios; o montante que se espera ser dedutível para fins fiscais é de R\$10.242.

A mensuração da mais-valia dos ativos adquiridos e passivos assumidos foi determinada pela administração com base em estudo de empresa especializada. O reconhecimento de ativos adquiridos e passivos assumidos resultou nos seguintes ajustes no valor contábil da empresa adquirida:

Ativo não reconhecido anteriormente pela adquirida:	
Estoques	2.539
Terrenos	1.360
Edificações com vida útil de 50 anos	1.367
Máquinas e equipamentos com vida útil de 10 a 40 anos	2.899
Marcas sem vida útil definida	1.046
Total	9.211

O Grupo utilizou o princípio da substituição para cálculo do valor de mercado dos ativos adquiridos na combinação de negócios. Esse princípio presume que um comprador prudente não irá pagar por uma propriedade um valor maior do que o custo de aquisição de uma propriedade substituta com a mesma utilidade.

Os fluxos de caixa futuros dos ativos adquiridos foram definidos em razão dos cálculos de rentabilidade futura usados nos estudos de aquisição e descontados a valor presente pelo "Weighted Average Cost of Capital - WACC".

b) Reestruturação societária

Em 9 de janeiro de 2010, a investida Neptune passou a ser controlada da Companhia, com a participação direta de 99,99%. O capital social da investida passou de R\$4 para R\$42.000.

Em 14 de dezembro de 2010, a controladora Neptune foi incorporada pela controlada Tégula, pelo seu valor contábil, por não ter ativos nem passivos sujeitos à nova avaliação ao seu valor justo, exceto o investimento na Tégula, o qual deixou de existir quando houve a operação de incorporação reversa, conforme laudo de avaliação preparado por perito avaliador, considerando como data-base 31 de outubro de 2010.

Até a data-base da incorporação, a controladora Neptune realizou ágio na aquisição da Tégula, no montante de R\$3.157, R\$2.539 correspondentes à realização dos estoques e R\$618 à depreciação dos ativos imobilizados, conforme alocação do ágio ao valor justo dos respectivos ativos.

A viabilidade do negócio foi avaliada com base na rentabilidade projetada para a operação.

O acervo líquido incorporado pela Tégula, na data da incorporação reversa, era o seguinte:

Caixa e equivalentes de caixa	335
Impostos a recuperar	167
Juros sobre capital próprio a receber	1.016
Investimentos em controlada	31.381
Ágio sobre investimento - Tégula	12.647
Amortização de ágio sobre investimento - Tégula	(3.157)
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	(1.369)
Acervo líquido incorporado	41.020

Após a incorporação reversa da sua controladora Neptune, a estrutura patrimonial e de resultado da Tégula em 31 de dezembro de 2010, para fins de consolidação nas demonstrações financeiras do grupo era como segue:

Ativo circulante:		Passivo circulante:	
Caixa e equivalentes de caixa	5.184	Fornecedores e empréstimos	6.049
Contas a receber de clientes	8.365	Salários, provisões e encargos sociais	4.138
Estoques	8.651	Impostos a recolher	1.314
Impostos a recuperar	1.571	Dividendos a pagar	1.135
Demais contas a receber	1.852	Provisão para riscos	343
		Demais contas a pagar	2.094
	25.623		15.073
Ativo não circulante:		Passivo não circulante:	
Impostos diferidos	10.552	Financiamentos	2.420
Impostos a compensar	295	Impostos diferidos	498
Imobilizado	29.932	Provisão para riscos	1.158
Intangível (marcas e outros)	1.379	Demais contas a pagar	173
Intangível ("goodwill")	3.436		4.249
	45.594	Patrimônio líquido	51.895
Total do ativo	71.217	Total do passivo e patrimônio líquido	71.217
Demonstração do resultado:			
Receita líquida de vendas			67.863
Custo dos produtos vendidos			(48.031)
Lucro bruto			19.832
Despesas com vendas			(8.311)
Despesas administrativas			(8.530)
Resultado financeiro, líquido			(82)
Outros resultados operacionais			(535)
Lucro antes dos impostos			2.374
Impostos correntes e diferidos			11.613
Lucro líquido do exercício			13.987

Com base na expectativa de lucros tributáveis no decorrer dos próximos dez anos, foi constituído ativo fiscal diferido sobre o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social, bem como sobre as adições temporárias.

De acordo com as normas internacionais de contabilidade, o ágio não será amortizado contabilmente. Anualmente, seu valor recuperável será avaliado através dos testes de "impairment". O ágio fundamentado com base no "goodwill", no valor de R\$3.436, será amortizado para fins de imposto de renda e contribuição social pelo prazo de cinco anos, com base no Regime Tributário Transitório - RTT

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado (IFRS e BR GAAP).
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Essas demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as IFRSs desde o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com o IFRS, cuja data de transição e consequente da aplicação do IFRS 1 foram refletidas em 1º de janeiro de 2006. A Companhia adotou antecipadamente o IFRS devido às suas ações serem listadas na BM&FBOVESPA em nível de Governança Corporativa - Novo Mercado. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 43, a Companhia, em consonância com a Deliberação CVM Nº 592/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC Nº 23, efetuou certos ajustes nos saldos das Demonstrações Financeiras em 01 de janeiro de 2009 e 31 de dezembro de 2009 e na Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para permitir a comparabilidade entre os exercícios apresentados. Os efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 4.

As modificações introduzidas pelos pronunciamentos acima referidos foram tratadas de acordo com a norma "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", nos termos da Deliberação CVM Nº 592/09.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010, bem como eliminou, conforme preconizado pelo CPC 43(R1), por meio de ajustes nas demonstrações individuais, as diferenças eventualmente existentes entre essas demonstrações e as demonstrações consolidadas, em função da adoção antecipada das IFRS no consolidado.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas pelo Grupo está apresentado a seguir.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis às aquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

2.4. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, a aquisição de negócios é contabilizada pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios mensurada pelo valor justo é calculada pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pelo Grupo, dos passivos incorridos pelo Grupo na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pelo Grupo em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. As contraprestações transferidas, bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos, são mensuradas utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.5. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio (ver nota explicativa nº 2.4.), líquido da perda acumulada no valor recuperável.

Para fins de teste de redução ao valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução ao valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução ao valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução ao valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução ao valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

2.6. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

2.6.1. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- O Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para o Grupo.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

2.6.2. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.7. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.8. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.9. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

2.10. Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

2.11. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.11.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício (vide nota explicativa nº 19).

2.11.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (vide nota explicativa nº 19).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

2.12. Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais, e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados até que os bens estejam concluídos. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.13. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O Grupo não possui ativo intangível gerado internamente.

2.14. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.15. Estoques

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

2.16. Provisões

- As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.
- A provisão para benefícios futuros a ex-empregados é contabilizada com base em estimativa atuarial, conforme descrito na nota explicativa nº 17.
- A controlada Sama registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação em locais ambientais conhecidos, emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, usa especialistas externos, quando necessário, e segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD, valorizando os gastos com base em cotações de mercado.
- Os passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo valor justo na data da aquisição. No encerramento do exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre o valor que seria reconhecido de acordo com a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 25) e o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada reconhecida de acordo com a IAS 18 - Receita (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 30).

2.17. Ajuste a valor presente

O contas a receber e fornecedores estão ajustados ao seu valor presente considerando a taxa SELIC como taxa de desconto. A constituição de tais ajustes está registrada como redutora nas contas de origem e a sua realização é registrada na rubrica "Receitas financeiras" nas demonstrações do resultado.

2.18. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma empresa do Grupo for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.19. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, isto é, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais, conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.20. Juros sobre o capital próprio

São calculados com base no número de ações em circulação nas datas das respectivas deliberações em Reunião do Conselho de Administração e recebem o mesmo tratamento dos dividendos (vide nota explicativa nº 18).

2.21. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.22. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

O Grupo não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010 - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Especificamente, os instrumentos de dívida que são mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem fluxos de caixa contratuais que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o valor principal devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes. Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

O efeito mais significativo da IFRS 9 relacionado à classificação e mensuração de passivos financeiros refere-se à contabilização das variações no valor justo de um passivo financeiro (designado ao valor justo através do resultado) atribuíveis a mudanças no risco de crédito daquele passivo. Especificamente, de acordo com a IFRS 9, com relação aos passivos financeiros reconhecidos ao valor justo através do resultado, o valor da variação no valor justo do passivo financeiro atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo é reconhecido em "Outros resultados abrangentes", a menos que o reconhecimento dos efeitos das mudanças no risco de crédito do passivo em "Outros resultados abrangentes" resulte em ou aumente o descasamento contábil no resultado. As variações no valor justo atribuíveis ao risco de crédito de um passivo financeiro não são reclassificadas no resultado. Anteriormente, de acordo com a IAS 39 e o pronunciamento técnico CPC 38, o valor total da variação no valor justo do passivo financeiro reconhecido ao valor justo através do resultado foi reconhecido no resultado.

A IFRS 9 é aplicável para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

- Modificações na IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 40) - aumentam as exigências de divulgação de transações envolvendo transferências de ativos financeiros. Essas modificações têm por objetivo oferecer maior transparência com relação às exposições ao risco quando um ativo financeiro é transferido, porém o transferidor retém certo nível de exposição contínua no ativo. As modificações requerem ainda divulgações nos casos em que as transferências de ativos financeiros não são proporcionalmente distribuídas durante o período.

A Administração do Grupo não espera que essas modificações na IFRS 7 tenham um efeito relevante sobre as divulgações do Grupo relacionadas a transferências de contas a receber anteriormente executadas (vide nota explicativa nº 7). No entanto, caso o Grupo realize outros tipos de transferência de ativos financeiros no futuro, as divulgações relacionadas a essas transferências poderão ser impactadas.

- Modificações na IAS 32 - Classificação de Direitos (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 39) - abordam a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Até a presente data, o Grupo não celebrou nenhum acordo que se enquadre no escopo das modificações. No entanto, caso o Grupo não adquira direitos dentro do escopo das modificações em períodos contábeis futuros, as modificações na IAS 32 e ao pronunciamento técnico CPC 39 terão efeito sobre a classificação desses direitos.
- Modificações na IAS 12 - Tributos sobre o Lucro sobre impostos diferidos (recuperação dos ativos subjacentes) (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 32) - em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu as modificações na IAS 12.

A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo através do uso ou da venda. Quando um ativo é mensurado pelo modelo de valor justo da IAS 40 - Propriedade para Investimento (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 28), pode ser difícil e subjetivo avaliar se a recuperação do ativo será através do uso ou da venda.

A modificação apresenta uma solução prática para o problema, introduzindo a presunção de que a recuperação do valor contábil será, normalmente, através de venda. Como resultado das modificações, a SIC 21 - "Income Taxes - Recovery of Revalued Nondepreciable Assets" não será mais aplicável para propriedades para investimento mantidas ao valor justo.

As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2012 e a adoção antecipada é permitida. Esta alteração da norma não impactará as Demonstrações Financeiras Consolidadas ou Individuais da Companhia.

- Modificação na IFRS 1 - "First-time Adoption of International Financial Reporting Standards - IFRSs" sobre a eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs - em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação na IFRS 1, que trata da eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs. As modificações substituem a data fixa de aplicação prospectiva de 1º de janeiro de 2004 para a data de transição para as IFRSs, de forma que os adotantes pela primeira vez das IFRSs não tenham de aplicar os requerimentos de baixa da IAS 39 retrospectivamente.

As modificações devem ser adotadas obrigatoriamente para exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2011 e a adoção antecipada é permitida. Em virtude da Companhia já ter adotado o IFRS, esta alteração da norma não impactará as Demonstrações Financeiras Consolidadas ou Individuais da Companhia.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas anteriormente apresentadas. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período ou, também, em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1. Principais fontes de incerteza nas estimativas

A seguir são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas no final de cada período de relatório, as quais podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

3.1.1. Valor recuperável do ágio ("goodwill")

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Não foram identificados indícios de redução ao valor recuperável do ágio ("goodwill").

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Sama	16.558	16.558	16.558
Tégula	3.436	-	-
Total	19.994	16.558	16.558

3.1.2. Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.12., o Grupo revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no final de cada período de relatório. Durante o exercício corrente, a Administração estabeleceu que a vida útil de certos itens de máquinas, equipamentos e edificações deveria ser aumentada, suportada por laudos de avaliação internos e externos, considerando a manutenção preventiva, no decorrer dos próximos exercícios sociais.

O efeito dessa revisão, considerando que os ativos sejam mantidos até o fim de sua vida útil, correspondeu a uma redução nas despesas de depreciação no exercício corrente e nos próximos três exercícios, nos seguintes valores:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)
2010	6.334
2011	6.874
2012	6.854
2013	6.860

3.1.3. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº 29, o Grupo usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

A Administração acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4. EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRSs E DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

4.1. Efeitos da adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas

4.1.1. Aplicação das IFRSs

As demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como Consolidado (IFRS e BR GAAP)) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 estão apresentadas de acordo com as IFRSs. A primeira adoção deu-se em 31 de dezembro de 2007 (o que incluiu o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2006), devido à Companhia ter suas ações listadas na BM&FBOVESPA em nível de Governança Corporativa - Novo Mercado.

Considerando o exposto, não há efeitos da adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2010 que exijam conciliações para as práticas contábeis anteriores (BR GAAP anterior).

No entanto, as demonstrações financeiras consolidadas (identificadas como Consolidado (IFRS e BR GAAP)) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Companhia aplicou as práticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial na data de transição, definida como 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes nos saldos de abertura e preparação do balanço patrimonial na data de transição, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva previstas no IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, quando de sua adoção do IFRS, conforme descrito nas notas a seguir.

Adicionalmente, as diferenças que existiam em decorrência da adoção antecipada da Companhia do IFRS em suas demonstrações consolidadas, foram refletidos nas demonstrações financeiras individuais, conforme, o CPC 43 (R1), eliminando-se qualquer diferença entre estas demonstrações no balanço de abertura e nas demonstrações financeiras comparativas de 2009.

a) Isenção para combinação de negócios

A Companhia não possuía combinação de negócios na data de transição para as IFRSs e para os CPCs (1º de janeiro de 2006).

b) Isenção para a apresentação do valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis como custo de aquisição

A Companhia optou por não remensurar o valor justo dos ativos tangíveis e intangíveis na data de transição, optando por manter o custo de aquisição de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP anterior), para o montante dos bens, ajustados monetariamente de acordo com a IAS 21/CPC 2(R2) - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e a IAS 29/CPC 42 - Relatório Financeiro em Economias Hiperinflacionárias.

O Grupo optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído na data de transição, considerando que: (i) o ativo imobilizado do Grupo é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais; (ii) a indústria em que o Grupo opera é impactada pelo desenvolvimento tecnológico, o que requer da administração atualizações frequentes dos seus equipamento e revisão dos valores recuperáveis; e (iii) as práticas contábeis adotadas no registro dos bens do ativo imobilizado eram consistentes com as emendas do CPC 27 – Ativo Imobilizado.

c) Isenção relativa à mensuração de instrumentos financeiros compostos (derivativos)

A Companhia não possuía instrumentos financeiros compostos (derivativos) na data de transição para as IFRSs.

d) Isenção relacionada ao reconhecimento de participações em controladas

As controladas da Companhia não possuíam demonstrações financeiras apresentadas em IFRSs na data de transição; por essa razão, a Companhia optou por adotar a mesma data de transição para todas as suas controladas.

e) Isenção relativa à classificação de instrumentos financeiros

A Companhia optou por classificar e avaliar seus instrumentos financeiros de acordo com a IAS 32/CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e a IAS 39/CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, na data de transição; portanto, a análise retrospectiva dos contratos originais dos atuais instrumentos financeiros não foi efetuada na data de transição para as IFRSs. Todos os instrumentos financeiros contratados após a data de transição foram analisados e classificados de acordo com as IFRSs na data de sua contratação.

A Companhia considerou as isenções obrigatórias na aplicação retrospectiva conforme segue:

a) Isenção para não reconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Companhia concluiu que não havia ativos e passivos financeiros não derivados que devessem ser excluídos dos registros contábeis na data de transição para as IFRSs.

b) Isenção para contabilização de operações de “hedge”

A Companhia não possuía nenhuma transação classificada como “hedge” para fins de IFRSs, na data de transição, e, por essa razão, não existiam ajustes a serem contabilizados.

c) Isenção de estimativas

A Companhia não efetuou nenhum ajuste nas estimativas registradas de acordo com o BR GAAP anterior, uma vez que entendeu que essas estimativas estavam de acordo com as IFRSs na data de transição.

d) Isenção de ativos classificados como disponíveis para venda e de operações descontinuadas

A Companhia não teve nenhum ativo classificado como disponível para venda.

4.1.2. Conciliações para as práticas contábeis anteriores

Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC no balanço patrimonial consolidado (BR GAAP)

	Item (*)	Em 01/01/09 (data de transição)		Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
		BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BRGAAP reapresentado	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BRGAAP reapresentado
ATIVO							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		31.278	-	31.278	80.762	-	80.762
Investimentos temporários		-	-	-	65.400	-	65.400
Contas a receber de clientes		106.626	-	106.626	108.886	-	108.886
Estoques		59.275	-	59.275	61.016	-	61.016
Impostos a recuperar		3.676	-	3.676	4.809	-	4.809
Imposto de renda e contribuição social diferidos	a	7.404	(7.404)	-	7.750	(7.750)	-
Demais contas a receber		7.549	-	7.549	7.077	-	7.077
Total do ativo circulante		215.808	(7.404)	208.404	335.700	(7.750)	327.950
Não circulante							
Depósitos judiciais e incentivos fiscais	b	6.020	3.006	9.026	6.822	5.318	12.140
Impostos a recuperar		21.393	-	21.393	21.334	-	21.334
Imposto de renda e contribuição social diferidos	c	27.324	7.521	34.845	29.299	7.898	37.197
Precatórios a receber		1.655	-	1.655	1.010	-	1.010
Demais contas a receber		2.123	-	2.123	3.664	-	3.664
Outros investimentos		244	-	244	246	-	246
Imobilizado	d	139.828	1.119	140.947	149.315	1.020	150.335
Ágio	e	-	16.558	16.558	-	16.558	16.558
Outros ativos intangíveis	f	1.243	(36)	1.207	1.444	(36)	1.408
Total do ativo não circulante		199.830	28.168	227.998	213.134	30.758	243.892
Total do ativo		415.638	20.764	436.402	548.834	23.008	571.842

	Em 01/01/09 (data de transição)			Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)			
	Item (*)	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BRGAAP reapresentado	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BRGAAP reapresentado
PASSIVO							
Circulante							
Fornecedores		24.038	-	24.038	20.805	-	20.805
Empréstimos e financiamentos		38.144	-	38.144	30.467	-	30.467
Salários, provisões e encargos		17.622	-	17.622	20.566	-	20.566
Impostos, taxas e contribuições a recolher		15.377	-	15.377	18.785	-	18.785
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		18.137	-	18.137	18.118	-	18.118
Provisão para benefícios futuros a empregados		2.718	-	2.718	2.893	-	2.893
Provisão para contingências		425	-	425	-	-	-
Demais contas a pagar		6.414	-	6.414	7.077	-	7.077
Total do passivo circulante		122.875	-	122.875	118.711	-	118.711
Não circulante							
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados		26.844	-	26.844	26.556	-	26.556
Financiamentos		501	-	501	1.233	-	1.233
Provisão para contingências	b	14.198	3.006	17.204	23.181	5.319	28.500
Impostos, taxas e contribuições a recolher		-	-	-	3.006	-	3.006
Remonte da mina		2.045	-	2.045	2.263	-	2.263
Receitas antecipadas		1.228	-	1.228	770	-	770
Total do passivo não circulante		44.816	3.006	47.822	57.009	5.319	62.328
Total do passivo		167.691	3.006	170.697	175.720	5.319	181.039
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		226.851	-	226.851	334.152	-	334.152
Reserva de capital	e	1.955	16.558	18.513	1.955	16.558	18.513
Ações em tesouraria		(2.906)	-	(2.906)	(174)	-	(174)
Reservas de lucros		22.040	1.200	23.240	37.169	1.132	38.301
Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora		247.940	17.758	265.698	373.102	17.690	390.792
Participação não controladora		7	-	7	12	(1)	11
Total do patrimônio líquido		247.947	17.758	265.705	373.114	17.689	390.803
Total do passivo e patrimônio líquido		415.638	20.764	436.402	548.834	23.008	571.842

Conciliação do patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora

	Item (*)	Em 01/01/09 (data de transição)	Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP anterior		247.940	373.102
Reversão da amortização do ágio ("goodwill") da controlada Sama, nos exercícios sociais de 2006 e 2007 - CPC 15 e CPC 01	e	16.558	16.558
Correção monetária complementar do ativo imobilizado pelo CPC 42	d	1.422	1.422
Depreciação da correção monetária complementar - CPC 27 e CPC 23	g	(303)	(402)
Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - CPC 38	g	(133)	(133)
Reversão parcial da depreciação do ativo intangível - CPC 4 e CPC 23	g	97	97
IRPJ e CSLL diferidos - CPC 32	g	117	148
Total dos ajustes no patrimônio líquido	g	17.758	17.690
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP		265.698	390.792

Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC na demonstração do resultado consolidada

	Item (*)	Exercício findo em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BRGAAP reapresentado
Receita operacional líquida		583.268	-	583.268
Custo dos produtos vendidos		(337.616)	-	(337.616)
Lucro bruto		245.652	-	245.652
Receitas (despesas) operacionais:				
Despesas com vendas		(66.942)	-	(66.942)
Despesas gerais e administrativas		(53.289)	-	(53.289)
Remuneração da Administração		(11.139)	-	(11.139)
Despesas financeiras		(19.236)	-	(19.236)
Receitas financeiras		18.364	-	18.364
Outras despesas operacionais, líquidas		(8.706)	(69)	(8.775)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		104.704	(69)	104.635
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	j	(31.512)	(9)	(31.521)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		73.192	(78)	73.114
ATRIBUÍVEL A				
Participação dos acionistas controladores		73.192		73.114
Participação dos acionistas não controladores		(5)	10	5
		73.187	(68)	73.119

Conciliação do resultado consolidado

	Exercício findo em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)
	Resultado do exercício
De acordo com o BR GAAP anterior	73.187
Depreciação complementar devido a correção complementar - CPCs 42, 27 e 23	(104)
IRPJ e CSLL diferidos - CPC 32	36
Total dos ajustes ao resultado	(68)
De acordo com o BR GAAP	73.119

Notas às reconciliações

A adoção dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 43(R1) resultou nas seguintes mudanças de práticas contábeis:

Descrição dos ajustes e reclassificações na conversão do BR GAAP anterior para o BR GAAP atual - Consolidado

	01/01/09	31/12/09
a) Ativo fiscal diferido transferido para o ativo não circulante	(7.404)	(7.750)
b) Depósitos judiciais e incentivos fiscais, inicialmente classificados como redutor de contingências passivas, transferido para depósitos judiciais no ativo não circulante	3.006	4.408
c) Ativo fiscal diferido transferido do ativo circulante	7.404	7.750
Constituição de ativo fiscal diferido sobre efeitos das IFRSs no resultado	117	148
	7.521	7.898
d) Correção monetária complementar do ativo imobilizado - CPCs 42, 27 e 23	1.422	1.422
Depreciação da correção monetária complementar	(303)	(402)
	1.119	1.020
e) Reversão da amortização do ágio ("goodwill") da controlada Sama, nos exercícios sociais de 2006 e 2007 - IFRS 3 e IAS 36	16.558	16.558
Correção monetária complementar do ativo imobilizado - CPCs 42, 27 e 23	1.422	1.422
	17.980	17.980
f) Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - CPC 4	(133)	(133)
Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - CPC 4	97	97
	(36)	(36)
g) Depreciação da correção monetária complementar	(303)	(402)
Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - CPC 4	(133)	(133)
Reversão parcial de custos administrativos na formação de ativo intangível - CPC 4	97	97
Constituição de ativo fiscal diferido sobre efeitos das IFRSs no resultado	117	148
	(222)	(290)

4.2. Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC nas demonstrações financeiras individuais

4.2.1. Adoção das novas práticas contábeis adotadas no Brasil

Na preparação das suas demonstrações financeiras individuais (identificadas como Controladora (BR GAAP)), a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que, com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira, são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia aplicou as práticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 1º de janeiro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no pronunciamento técnico CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 43, ajustando as suas demonstrações financeiras individuais de tal forma que elas produzissem, quando consolidadas, os mesmos valores de patrimônio líquido, atribuível aos proprietários da controladora, e resultado em relação à consolidação elaborada conforme as IFRSs através da aplicação da IFRS 1 e do pronunciamento técnico CPC 37(R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Para isso, a Companhia efetuou nas suas demonstrações financeiras individuais os ajustes efetuados para a adoção das IFRSs nas demonstrações financeiras consolidadas, conforme nota explicativa nº 2. Tal procedimento foi adotado a fim de obter o mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos proprietários da controladora nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC no balanço patrimonial individual (BR GAAP)

Item (*)	Em 01/01/09(data de transição)			Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BRGAAP reapresentado	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BRGAAP reapresentado
ATIVO						
Circulante						
Caixa e equivalentes de caixa	2.947	-	2.947	57.403	-	57.403
Investimentos temporários	-	-	-	65.400	-	65.400
Contas a receber de clientes	42.538	-	42.538	48.529	-	48.529
Dividendos a receber	17.090	-	17.090	9.289	-	9.289
Estoques	40.188	-	40.188	45.524	-	45.524
Impostos a recuperar	2.744	-	2.744	4.287	-	4.287
Imposto de renda e contribuição social diferidos	a 4.516	(4.516)	-	4.372	(4.372)	-
Demais contas a receber	4.465	-	4.465	3.484	-	3.484
Total do ativo circulante	114.488	(4.516)	109.972	238.288	(4.372)	233.916
Não circulante						
Depósitos judiciais e incentivos fiscais	b 1.896	3.006	4.902	3.536	4.408	7.944
Impostos a recuperar	20.798	-	20.798	20.855	-	20.855
Imposto de renda e contribuição social diferidos	c 20.161	4.453	24.614	20.773	4.311	25.084
Precatórios a receber	1.655	-	1.655	1.010	-	1.010
Demais contas a receber	492	-	492	443	-	443
Investimentos em controladas	e 94.028	17.637	111.665	102.208	17.572	119.780
Outros investimentos permanentes	8	-	8	8	-	8
Imobilizado	d 97.591	184	97.775	104.431	179	104.610
Outros ativos intangíveis	f 936	-	936	917	-	917
Total do ativo não circulante	237.565	25.280	262.845	254.181	26.470	280.651
Total do ativo	352.053	20.764	372.817	492.469	22.098	514.567

	Item (*)	Em 01/01/09 (data de transição)			Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BRGAAP reapresentado	BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BRGAAP reapresentado
PASSIVO							
Circulante							
Fornecedores		21.149	-	21.149	17.831	-	17.831
Empréstimos e financiamentos		132	-	132	1.811	-	1.811
Salários, provisões e encargos		9.394	-	9.394	9.429	-	9.429
Impostos, taxas e contribuições a recolher		5.546	-	5.546	7.237	-	7.237
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		18.137	-	18.137	18.118	-	18.118
Provisão para benefícios futuros a empregados		1.645	-	1.645	1.645	-	1.645
Provisão para contingências		425	-	425	-	-	-
Demais contas a pagar		2.850	-	2.850	3.204	-	3.204
Total do passivo circulante		59.278	-	59.278	59.275	-	59.275
Não circulante							
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados		18.916	-	18.916	19.071	-	19.071
Financiamentos		501	-	501	1.233	-	1.233
Mútuo		16.632	-	16.632	22.918	-	22.918
Provisão para contingências	b	8.065	3.006	11.071	13.681	4.408	18.089
Impostos, taxas e contribuições a recolher		-	-	-	2.739	-	2.739
Receitas antecipadas		721	-	721	451	-	451
Total do passivo não circulante		44.835	3.006	47.841	60.093	4.408	64.501
Total do passivo		104.113	3.006	107.119	119.368	4.408	123.776
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		226.851	-	226.851	334.152	-	334.152
Reserva de capital	g	1.955	16.558	18.513	1.955	16.558	18.513
Ações em tesouraria		(2.906)	-	(2.906)	(174)	-	(174)
Reservas de lucros	h	22.040	1.200	23.240	37.168	1.132	38.300
Total do patrimônio líquido		247.940	17.758	265.698	373.101	17.690	390.791
Total do passivo e patrimônio líquido		352.053	20.764	372.817	492.469	22.098	514.567

Conciliação do patrimônio líquido da Companhia

	Item (*)	Em 01/01/09 (data de transição)	Em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP anterior		247.940	373.101
Reversão da amortização do ágio ("goodwill") da controlada Sama, nos exercícios sociais de 2006 e 2007 - CPC 15 e CPC 01	e	16.558	16.558
Correção monetária complementar do ativo imobilizado pelo CPC 42	d	212	212
Depreciação da correção monetária complementar - CPC 27 e CPC 23	d	(28)	(33)
Resultado da equivalência patrimonial	f	1.079	1.014
IRPJ e CSLL diferidos - CPC 32	c	(63)	(61)
Total dos ajustes no patrimônio líquido		17.758	17.690
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP		265.698	390.791

Efeitos da adoção dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC na demonstração do resultado consolidada

	Item (*)	Exercício findo em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		BR GAAP anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BRGAAP reapresentado
Receita operacional líquida		333.330	-	333.330
Custo dos produtos vendidos		(247.200)	-	(247.200)
Lucro bruto		86.130	-	86.130
Receitas (despesas) operacionais:				
Despesas com vendas		(32.650)	-	(32.650)
Despesas gerais e administrativas		(27.720)	-	(27.720)
Remuneração da Administração		(6.431)	-	(6.431)
Resultado financeiro, líquido		1.683	-	1.683
Outras despesas operacionais, líquidas	g	(7.691)	(5)	(7.696)
Resultado da equivalência patrimonial	g	61.547	(65)	61.482
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		74.868	(70)	74.798
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	g	(1.681)	2	(1.679)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		73.187	(68)	73.119

Conciliação do resultado da Companhia

	Exercício findo em 31/12/09 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)	
	Item (*)	Resultado do exercício
De acordo com o BR GAAP anterior		73.187
Depreciação complementar devido a correção complementar - CPCs 42, 27 e 23	g	(5)
Resultado da equivalência patrimonial	g	(65)
IRPJ e CSLL diferidos - CPC 32	g	2
Total dos ajustes ao resultado		(68)
De acordo com o BR GAAP		73.119

A adoção dos CPC 15 ao 43 (R1) resultou nas seguintes mudanças de práticas contábeis:

Descrição dos ajustes e reclassificações na conversão do BR GAAP anterior para o BR GAAP atual - Individual

	01/01/09	31/12/09
a) Ativo fiscal diferido transferido para o ativo não circulante	(4.372)	(4.516)
b) Depósitos judiciais e incentivos fiscais, inicialmente classificados como redutor de contingências passivas, transferidos para depósitos judiciais no ativo não circulante	4.408	3.006
c) Ativo fiscal diferido transferido do ativo circulante	4.372	4.516
Constituição de ativo fiscal diferido sobre efeitos do CPC no resultado	(61)	(63)
	4.311	4.453
d) Correção monetária complementar do ativo imobilizado - CPCs 42, 27 e 23	212	212
Depreciação da correção monetária complementar	(33)	(28)
	179	184
e) Reversão da amortização do ágio ("goodwill") da controlada Sama, nos exercícios sociais de 2006 e 2007 - CPC 15 e CPC 01	16.558	16.558
f) Complemento de equivalência patrimonial pelos efeitos dos CPCs	1.014	1.079
g) Depreciação da correção monetária complementar	(5)	(6)
Resultado da equivalência patrimonial	(65)	(64)
Constituição de ativo fiscal diferido sobre efeitos do CPC no resultado	2	2
	(68)	(68)

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" inclui caixa em poder do Grupo, líquido de saldos bancários a descoberto. O saldo dessa rubrica no final do período de relatório, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldos de caixa e bancos	1.769	999	1.762	3.357	6.927	2.461
Fundos de investimento	13.332	35.806	-	36.394	52.947	13.826
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	-	20.598	1.185	-	20.598	14.991
Total	15.101	57.403	2.947	39.751	80.472	31.278

Em 31 de dezembro de 2010, os fundos de investimento foram remunerados por taxas médias de 103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (105% em 31 de dezembro de 2009 e 95% em 1º de janeiro de 2009), tendo em sua carteira basicamente fundos referenciados - DI e Renda Fixa.

6. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

Parte do aumento do capital social efetuado em 29 de outubro de 2009, conforme nota explicativa nº 18, foi aplicada em fundos de investimento remunerados por taxas médias de 103% da variação do CDI.

As aplicações financeiras têm como objetivo principal financiar os investimentos permanentes da Companhia.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Contas a receber de clientes	66.106	50.152	43.724	141.682	113.371	110.528
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.217)	(1.623)	(1.186)	(6.384)	(4.485)	(3.901)
Total	63.889	48.529	42.538	135.299	108.886	106.627

Composição do saldo de clientes por idade de vencimento

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
A vencer	62.804	47.017	40.610	128.441	101.172	104.120
Valores vencidos:						
Até 30 dias	1.115	1.154	1.149	5.108	6.624	1.876
Entre 30 e 60 dias	196	119	319	1.053	170	488
Acima de 60 dias	1.991	1.862	1.646	7.080	5.405	4.044
Total	66.106	50.152	43.724	141.682	113.371	110.528

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldo inicial	(1.623)	(1.186)	(1.089)	(4.485)	(3.901)	(2.826)
Adição	(847)	(807)	(708)	(2.253)	(1.063)	(2.023)
Recebimento	43	72	5	71	86	7
Baixa	210	298	104	284	393	439
Transferência para ativo não circulante	-	-	502	-	-	502
Total	(2.217)	(1.623)	(1.186)	(6.383)	(4.485)	(3.901)

8. ESTOQUES

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Produtos acabados	40.723	23.077	29.883	49.252	29.306	37.712
Produtos em elaboração	-	-	-	1.976	1.520	416
Revenda	10.706	1.916	533	13.242	2.825	936
Matérias-primas	20.903	18.607	8.461	20.364	16.608	7.939
Materiais auxiliares	2.486	1.924	2.428	15.180	11.100	13.769
(-) Provisão para perdas (*)	(900)	-	(1.117)	(1.569)	(343)	(1.497)
Total	73.918	45.524	40.188	98.445	61.016	59.275

(*) A contrapartida da provisão para perdas está registrada na rubrica "Outras despesas operacionais, líquidas" nas demonstrações do resultado.

9. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante:						
ICMS	1.279	1.301	1.110	1.718	1.694	1.558
IRRF	509	106	97	715	159	249
IRPJ	2.323	1.221	1.118	3.458	1.412	1.195
CSLL	739	416	272	1.287	508	324
IRRF - juros sobre o capital próprio	412	576	-	548	576	-
Fundo FOMENTAR - ICMS	685	273	-	711	290	-
COFINS e outros	356	394	147	362	460	350
Total	6.303	4.287	2.744	8.799	5.099	3.676
Não circulante:						
ICMS e outros	3.052	2.526	3.194	3.865	3.004	3.789
IRRF	12.090	11.662	11.200	12.090	11.662	11.200
IRPJ	6.912	6.667	6.404	6.912	6.668	6.404
Total	22.054	20.855	20.798	22.867	21.334	21.393

10. INVESTIMENTOS

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

Controladas	Controladora (BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Sama S.A. Minerações Associadas ("Sama")	99,99	99,99	99,99
Engedis Distribuição Ltda. ("Engedis")	99,99	99,99	99,99
Precon Goiás Industrial Ltda. ("Precon")	99,99	99,99	99,99
Prel Empreendimentos e Participações Ltda. ("Prel")	99,99	99,99	99,99
Wagner Ltda. ("Wagner")	99,85	99,85	99,85
Wagner da Amazônia Ltda. ("Wagner da Amazônia")	99,85	99,85	99,85
Tégula Soluções para Telhados Ltda. (Tégula)	99,99	-	-

Resumo das principais informações das controladas

Controladas	Localização	Atividade principal
Sama	Minaçu/GO	Exploração e beneficiamento do minério de minério crisotila
Engedis	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica
Precon	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento
Prel	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais, comerciais, etc.
Wagner	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica
Wagner da Amazônia	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica
Tégula	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	Controladora (BR GAAP)						
	Wagner	Sama	Precon	Prel	Neptune(*)	Tégula (*)	Total
Em 1º de janeiro de 2009	3.467	89.037	11.147	8.014	-	-	111.665
Dividendos	-	(42.699)	(4.235)	(540)	-	-	(47.474)
Juros sobre o capital próprio	(211)	(4.555)	(682)	(445)	-	-	(5.893)
Equivalência patrimonial	2.763	51.582	6.199	938	-	-	61.482
Em 31 de dezembro de 2009	6.019	93.365	12.429	7.967	-	-	119.780
Aporte de capital (*)							
Dividendos	-	-	-	-	41.996	-	41.996
Juros sobre o capital próprio	-	(44.026)	(8.852)	(440)	(3.020)	-	(56.338)
Equivalência patrimonial	-	(4.774)	(668)	(437)	(672)	(400)	(6.951)
Correção monetária complementar - IFRS	(2.066)	52.704	11.207	879	2.716	11.271	76.711
Incorporação	-	-	-	-	-	243	243
Em 31 de dezembro de 2010	3.953	97.269	14.116	7.969	-	52.134	175.441

(*) Vide nota explicativa nº 1.b).

11. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Controladora (BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldos:			
Ativo circulante:			
Contas a receber: (i)			
Sama	1	-	7
Precon	1.154	1.307	682
Total	1.155	1.307	689
Dividendos e juros sobre o capital próprio (ii):			
Sama	12.550	7.256	13.965
Prel	188	260	813
Precon	2.247	1.729	2.312
Wagner	-	44	-
Tégula	1.135	-	-
Total	16.120	9.289	17.090
Total	17.275	10.596	17.779
Controladora (BR GAAP)			
	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Passivo circulante:			
Fornecedores- (i)			
Sama	7.173	4.160	4.816
Outras contas a pagar-			
Prel	-	21	21
Total	7.173	4.181	4.837
Passivo não circulante-			
Mútuo:(iii)			
Sama	23.177	21.460	16.632
Prel	1.573	1.458	-
Total	24.750	22.918	16.632
Transações:			
Vendas:			
Precon	13.092	7.372	2.887
Tégula	270	-	-
Total	13.362	7.372	2.887
Compras:			
Sama	79.987	59.271	51.140
Precon	-	140	389
Total	79.987	59.411	51.529
Despesas- Administrativas-			
Prel	259	257	233
Juros sobre mútuo:			
Sama	2.075	1.957	-
Prel	141	-	-
Total	2.216	1.957	-
Descontos obtidos -			
Sama	3.368	1.749	2.656

(i) Os saldos a receber e a pagar referem-se a fornecimentos e compras de matéria-prima (minério crisotila) e produtos acabados, eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, sendo essas transações usuais e constantes no decorrer dos anos, motivo pelo qual os referidos saldos estão classificados em contas do circulante.

(ii) Juros sobre o capital próprio líquido de imposto de renda retido na fonte a receber das controladas.

(iii) Os recursos obtidos pela Companhia com suas controladas Sama e Prel, classificados no passivo não circulante, referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incide a variação de 100% do CDI e prazo de amortização de 24 meses, sendo os recursos destinados para fazer face aos investimentos no ativo imobilizado da Companhia.

b) Remuneração da Administração

O Grupo pagou aos seus administradores, em salários e remuneração variável, conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Salários e honorários	2.446	2.738	3.794	3.329
Participação nos lucros	1.568	1.535	2.208	2.046
Gratificação	2.319	2.158	3.957	5.764
Total	6.333	6.431	9.959	11.139

O Conselho de Administração da Companhia aprovou em 2006 um plano de incentivo para a compra de ações da Companhia pela Diretoria. A Companhia concede bônus complementar aos diretores que investem até 100% do valor líquido do bônus recebido em ações da Companhia. Esse bônus complementar é baseado na valorização da ação nos últimos 12 meses e deve ser integralmente investido em ações da Companhia. O plano estabelece regras específicas de aquisição e negociação de ações, como prazo mínimo de um ano após a aquisição para negociação das ações, limitada a 30% por ano. Os diretores devem também respeitar as regras de negociação da Instrução CVM nº 358/02.

Foram adquiridas pela Diretoria, até 31 de dezembro de 2010, 1.339.706 ações -ETER3 (663.709 ações -ETER3 até 31 de dezembro de 2009).

12. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Controladora (BR GAAP)					
	31/12/10		31/12/09		01/01/09	
	Taxas anuais de depreciação/amortização - %	Custo corrigido	Depreciação/amortização acumulada	Saldo residual	Saldo residual	Saldo residual
Imobilizado						
Terrenos	-	701	-	701	808	808
Edifícios e benfeitorias	2,9	31.318	(17.234)	14.084	13.814	9.194
Máquinas e equipamentos	8,6	90.220	(40.671)	49.549	35.957	33.199
Ferramentas e moldes	15	11.371	(6.553)	4.818	4.313	4.386
Instalações	10	74.127	(28.786)	45.341	41.656	32.159
Veículos	20	3.566	(2.067)	1.499	1.568	1.568
Móveis e utensílios	10	3.717	(1.696)	2.021	2.124	1.743
Equipamentos de informática	20	2.910	(2.078)	832	877	726
Imobilizações em andamento	-	6.154	-	6.154	3.488	13.992
Total		224.084	(99.085)	124.999	104.605	97.775
Intangível						
Softwares	20	5.298	(3.513)	1.785	898	916
Outros	-	26	-	26	19	20
Total		5.324	(3.513)	1.811	917	936

Imobilizado

Controladora (BR GAAP)										
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizações em andamento	Total
Custo										
Saldos em 1º de janeiro de 2009	808	25.235	71.000	9.140	51.422	2.913	3.063	2.530	13.992	180.103
Adições	-	-	50	-	-	-	-	-	16.802	16.849
Baixas	-	(19)	(425)	(3)	(16)	-	(74)	(92)	-	(629)
Transferências	-	5.187	5.435	748	14.390	439	662	445	(27.306)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	808	30.403	76.060	9.885	65.796	3.352	3.651	2.883	3.488	196.326
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	30.749	30.749
Baixas	(107)	-	(1.117)	(78)	(93)	(59)	(115)	(188)	-	(1.757)
Transferências	-	917	15.278	1.564	8.424	273	182	215	(28.083)	(1.230)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	701	31.320	90.221	11.371	74.127	3.566	3.718	2.910	6.154	224.088
Depreciação										
Saldos em 1º de janeiro de 2009	-	(16.041)	(37.801)	(4.754)	(19.263)	(1.345)	(1.320)	(1.804)	-	(82.328)
Adições	-	(552)	(2.528)	(821)	(4.890)	(439)	(260)	(295)	-	(9.785)
Baixas	-	4	226	3	13	-	53	93	-	392
Saldos em 31 de dezembro de 2009	-	(16.589)	(40.103)	(5.572)	(24.140)	(1.784)	(1.527)	(2.006)	-	(91.721)
Adições	-	(647)	(1.146)	(808)	(5.187)	(341)	(298)	(289)	-	(8.716)
Baixas	-	-	885	53	65	58	99	188	-	1.348
Transferências	-	-	(308)	(226)	476	-	29	29	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	(17.236)	(40.672)	(6.553)	(28.786)	(2.067)	(1.697)	(2.078)	-	(99.089)
Valor residual										
Em 1º de janeiro de 2009	808	9.194	33.199	4.386	32.159	1.568	1.743	726	13.992	97.775
Em 31 de dezembro de 2009	808	13.814	35.957	4.313	41.656	1.568	2.124	877	3.448	104.605
Em 31 de dezembro de 2010	701	14.084	49.549	4.818	45.341	1.499	2.021	832	6.154	124.999

Intangível

	Controladora (BR GAAP)			
	Softwares	Outros	Intangível em	Ferramentas e moldes
Custo				
Saldos em 1º de janeiro de 2009	3.660	26	-	3.686
Adições	497	-	137	634
Baixas	(88)	-	-	(88)
Transferências	137	-	(137)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	4.206	26	-	4.232
Adições	-	-	-	-
Baixas	(138)	-	-	(138)
Transferências	1.230	-	-	1.230
Saldos em 31 de dezembro de 2010	5.298	26	-	5.324
Amortização				
Saldos em 1º de janeiro de 2009	(2.744)	(6)	-	(2.750)
Adições	(653)	(1)	-	(654)
Baixas	89	-	-	89
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(3.308)	(7)	-	(3.315)
Adições	(342)	7	-	(335)
Baixas	137	-	-	137
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(3.513)	-	-	(3.513)
Valor residual				
Em 1º de janeiro de 2009	916	20	-	936
Em 31 de dezembro de 2009	898	19	-	917
Em 31 de dezembro de 2010	1.785	26	-	1.811

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	Taxas anuais de depreciação/amortização - %	31/12/10		31/12/09	01/01/09	
		Custo corrigido	Depreciação/amortização acumulada	Saldo residual	Saldo residual	Saldo residual
Imobilizado						
Terrenos	-	4.084	-	4.084	1.431	1.507
Edifícios e benfeitorias	2,9	72.729	(42.848)	29.881	20.695	15.774
Máquinas e equipamentos	8,6	160.368	(93.836)	66.532	41.551	39.171
Máquinas de extração	28,4	16.023	(13.140)	2.883	1.796	2.271
Ferramentas e moldes	15	25.416	(16.325)	9.091	4.313	4.387
Instalações	10	191.129	(127.335)	63.794	53.725	41.206
Veículos	20	11.987	(7.814)	4.173	3.288	3.730
Veículos fora-de-estrada	25	3.828	(3.809)	19	17	30
Móveis e utensílios	10	10.626	(5.605)	5.021	3.785	3.416
Equipamentos de informática	20	6.367	(4.830)	1.537	1.291	1.234
Remonte da mina	2,9	1.847	(158)	1.689	1.741	1.803
Recursos minerais	5,3	13.387	(1.487)	11.900	8.229	4.419
Imobilizações em andamento	-	9.385	-	9.385	8.467	21.993
Total		527.176	(317.187)	209.989	150.329	140.941
Intangível						
Ágio ("goodwill")	-	19.995	-	19.995	16.558	16.558
Softwares	20	9.306	(6.092)	3.214	1.326	1.122
Marcas e patentes	-	1.156	-	1.156	-	-
Outros	15	89	-	89	83	84
Total		30.546	(6.092)	24.454	17.967	17.764

Composição do Ágio "goodwill"

Companhia adquirida	Data	Ágio "goodwill"	Amortização 01/01/09	Saldo contábil em 01/01/09	Saldo contábil em 31/12/09	Saldo contábil em 31/12/10
Sama (controlada)	Dezembro/97	45.608	(36.484)	9.124	9.124	9.124
Sama (6.903.333 ações em tesouraria)	Janeiro/01	26.026		7.435	7.435	7.435
Tégula (controlada)	Fevereiro/10	3.436	(18.591)	3.436	3.436	3.436
			-			
Total		75.070	(55.075)	19.995	19.995	19.995

Teste anual de "impairment"

O Grupo avaliou a recuperação do saldo de ágio "goodwill" oriundo da aquisição da:

- Sama e constatou que não existe necessidade de constituir a redução do saldo não amortizado ("impairment"). O ágio "goodwill" foi alocado para fins de teste de "impairment" no segmento reportável "MinérioCrisotila", unidade geradora de caixa de extração e comercialização de minério crisotila. A recuperação fundamentada na geração de caixa com a extração e comercialização de minério crisotila foi avaliada com base no seu valor de uso. A taxa de desconto aplicada foi de 10,25% ao ano em fluxo de caixa projetado para cinco anos com base em orçamento aprovado pela Administração.
- Tégula e constatou que não existe necessidade de constituir a redução do saldo não amortizado ("impairment"). O ágio "goodwill" foi alocado para fins de teste de "impairment" no segmento reportável "Telhas de Concreto". A recuperação fundamentada na geração de caixa com a produção e comercialização de minério crisotila foi avaliada com base no seu valor de uso. A taxa de desconto aplicada foi de 10,25% ao ano em fluxo de caixa projetado para cinco anos com base em orçamento aprovado pela Administração.

Imobilizado

	Controladora (BR GAAP)						
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos
Custo							
Saldos em 1º de janeiro de 2009	1.507	52.807	120.172	15.929	10.960	152.599	7.793
Adições	-	72	228	265	-	3.057	188
Baixas	(76)	(133)	(3.947)	(905)	(16)	(109)	(10)
Transferências	-	6.229	6.387	237	748	16.923	438
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.431	58.975	122.840	15.526	11.692	172.470	8.409
Aquisição por meio de combinação de negócios (Tégula)	1.400	9.494	16.758	-	9.693	2.019	2.683
Mais-valia ágio Tégula	1.360	1.367	2.899	-	-	-	-
Adições	-	1.231	2.740	-	2.562	83	1.040
Baixas	(107)	(185)	(1.752)	(846)	(96)	(175)	(556)
Transferências	-	1.845	16.884	1.343	1.565	16.732	411
Saldos em 31 de dezembro de 2010	4.084	72.727	160.369	16.023	25.416	191.129	11.987
Depreciação							
Saldos em 1º de janeiro de 2009	-	(37.033)	(81.001)	(13.658)	(6.573)	(111.393)	(4.063)
Adições	-	(1.265)	(4.056)	(977)	(822)	(7.458)	(1.068)
Baixas	-	18	3.768	905	16	106	10
Saldos em 31 de dezembro de 2009	-	(38.280)	(81.289)	(13.730)	(7.379)	(118.745)	(5.121)
Adições por meio de combinação de negócios (Tégula)	-	(3.322)	(10.307)	-	(7.054)	(1.332)	(1.858)
Adições	-	(1.291)	(3.179)	(256)	(1.737)	(7.881)	(1.264)
Baixas	-	47	1.246	846	71	147	429
Transferências	-	-	(308)	-	(226)	476	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	(42.846)	(93.837)	(13.140)	(16.325)	(127.335)	(7.814)
Valor residual							
Em 1º de janeiro de 2009	1.507	15.774	39.171	2.271	4.387	41.206	3.730
Em 31 de dezembro de 2009	1.431	20.695	41.551	1.796	4.313	53.725	3.288
Em 31 de dezembro de 2010	4.084	29.881	66.532	2.883	9.091	63.794	4.173

Controladora (BR GAAP)

	Veículos fora de estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Remonte da mina	Recursos minerais	Imobilizações em andamento	Total
Custo							
Saldos em 1º de janeiro de 2009	6.827	8.623	5.414	1.847	5.594	21.993	412.065
Adições	-	59	58	-	75	23.679	27.681
Baixas	(861)	(1.273)	(684)	-	(883)	(582)	(9.479)
Transferências	(1)	876	484	-	4.302	(36.623)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	5.965	8.285	5.272	1.847	9.088	8.467	430.267
Aquisição por meio de combinação de negócios (Tégula)	-	1.000	1.010	-	-	-	44.057
Mais-valia ágio Tégula	-	-	-	-	-	-	5.626
Adições	-	205	143	-	-	50.931	58.935
Baixas	(2.151)	(192)	(481)	-	-	(3.937)	(10.478)
Transferências	15	1.327	422	-	4.299	(46.076)	(1.233)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	3.829	10.626	6.366	1.847	13.387	9.385	527.174
Depreciação							
Saldos em 1º de janeiro de 2009	(6.797)	(5.207)	(4.180)	(44)	(1.175)	-	(271.124)
Adições	(9)	(539)	(486)	(62)	(362)	-	(17.104)
Baixas	858	1.246	685	-	678	-	8.290
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(5.948)	(4.500)	(3.981)	(106)	(859)	-	(279.938)
Adições por meio de combinação de negócios (Tégula)	-	(582)	(816)	-	-	-	(25.271)
Adições	(13)	(717)	(541)	(52)	(628)	-	(17.559)
Baixas	2.151	166	480	-	-	-	5.583
Transferências	-	29	29	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(3.810)	(5.604)	(4.829)	(158)	(1.487)	-	(317.185)
Valor residual							
Em 1º de janeiro de 2009	30	3.416	1.234	1.803	4.419	21.993	140.941
Em 31 de dezembro de 2009	17	3.785	1.291	1.741	8.229	8.467	150.329
Em 31 de dezembro de 2010	19	5.021	1.537	1.689	11.900	9.385	209.989

Intangível

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	Softwares	Outros	Ágio ("goodwill")	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Total
Custo						
Saldos em 1º de janeiro de 2009	5.362	90	16.558	-	-	22.010
Adições	792	-	-	-	296	1.088
Baixas	(87)	-	-	-	-	(87)
Transferências	296	-	-	-	(296)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2009	6.363	90	16.558	-	-	23.011
Aquisição por meio de combinação de negócios (Tégula)	785	-	3.665	1.156	-	5.606
Adições	73	-	-	-	993	1.066
Baixas	(139)	-	(228)	-	-	(367)
Transferências	2.224	-	-	-	(993)	1.231
Saldos em 31 de dezembro de 2010	9.306	90	19.995	1.156	-	30.547
Amortização						
Saldos em 31 de dezembro de 2008	(4.240)	(6)	-	-	-	(4.246)
Adições	(885)	(1)	-	-	-	(886)
Baixas	88	-	-	-	-	88
Saldos em 31 de dezembro de 2009	(5.037)	(7)	-	-	-	(5.044)
Aquisição Tégula - 11 de fevereiro de 2010	(594)	-	-	-	-	(594)
Adições	(600)	6	-	-	-	(594)
Baixas	139	-	-	-	-	139
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(6.092)	(1)	-	-	-	(6.093)
Valor residual						
Em 1º de janeiro de 2009	1.122	84	16.558	-	-	17.764
Em 31 de dezembro de 2009	1.326	83	16.558	-	-	17.967
Em 31 de dezembro de 2010	3.214	89	19.995	1.156	-	24.454

Em razão de processos judiciais, a controlada Sama ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado no valor de custo de R\$6.483.

13. FORNECEDORES

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Mercado interno	24.415	17.848	21.218	32.996	20.856	23.845
Mercado externo	8.254	64	28	8.299	56	326
Ajuste a valor presente	(146)	(81)	(97)	(198)	(107)	(133)
Total	32.523	17.831	21.149	41.097	20.805	24.038

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante:						
Empréstimos (a)	-	1.682	-	-	1.682	-
Financiamentos (b)	441	129	132	1.024	129	639
ACE (c)	-	-	-	19.419	28.656	29.798
ACC (d)	-	-	-	-	-	7.709
	441	1.811	132	20.443	30.467	38.146
Não circulante-						
Financiamentos (b)	1.071	1.233	501	3.491	1.233	501
Total	1.512	3.044	633	23.934	31.700	38.647
Fluxo de pagamento:						
2010	-	-	145	-	-	145
2011	-	441	145	-	346	145
2012	461	374	145	1.066	346	145
2013	323	238	66	928	325	66
2014	266	180	-	871	216	-
2015	21	-	-	626	-	-
Total	1.071	1.233	501	3.491	1.233	501

(a) Empréstimos

Em março de 2009, a Companhia captou empréstimo para capital de giro junto ao Banco Bradesco, no valor de R\$5.000, com encargos pós-fixados baseados no Certificado de Depósito Interbancário - CDI e acrescidos de juros anuais de 4,28%. Empréstimo foi liquidado em março de 2010.

(b) Financiamentos

Recursos obtidos pela Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, captados em dezembro de 2007, foram destinados para aquisição de máquinas e equipamentos, os quais estão garantindo a dívida, com taxa média ponderada anual de 7,4%, já inclusa a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

(c) Adiantamento de Contrato de Exportação - ACE

São recursos destinados a alavancar o capital de giro da controlada Sama, captados em dólares norte-americano a uma taxa cambial média de R\$1,68 e atualizados pela taxa de R\$1,6654 em 31 de dezembro de 2010. Taxa de captação - PRIME média de 3,25% ao ano, sendo tais adiantamentos, pelas características da transação, vencíveis em até 360 dias.

A Companhia é avalista de parte das operações de ACE da controlada Sama, cujo valor em 31 de dezembro de 2010 era de R\$19.419, representando 97,14% do saldo total em 31 de dezembro de 2010.

(d) Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC

São recursos destinados a alavancar o capital de giro da controlada SAMA, captados em dólares norte-americanos a uma taxa cambial média de R\$1,627 e Taxa Interbancária de Londres - LIBOR média de 3,25% ao ano, sendo tais adiantamentos, pelas características da transação, vencíveis em até 360 dias.

15. SALÁRIOS, PROVISÕES E ENCARGOS SOCIAIS

Controladora (BR GAAP)							
	01/01/09	Adições	Pagamentos	31/12/09	Adições	Pagamentos	31/12/10
13º salário	-	3.793	(3.793)	-	4.544	(4.544)	-
Férias	4.443	5.498	(5.064)	4.877	6.518	(5.579)	5.816
Participação nos lucros (i)	3.862	7.568	(8.234)	3.196	21.272	(13.664)	10.804
Salários	-	34.823	(34.823)	-	36.252	(36.252)	-
FGTS	154	3.712	(3.598)	268	4.364	(4.179)	453
Salário-educação	122	888	(876)	134	1.149	(6)	1.277
INSS	813	13.268	(13.137)	944	15.912	(16.477)	379
Previdência privada (ii)	-	3.343	(3.338)	5	3.647	(2.736)	916
Contribuição sindical	-	221	(216)	5	196	(208)	(7)
	9.394	73.114	(73.079)	9.429	93.854	(83.645)	19.638

Controladora (BR GAAP)							
	01/01/09	Adições	Pagamentos	31/12/09	Adições	Pagamentos	31/12/10
13º salário	-	6.379	(6.379)	-	9.068	(9.068)	-
Férias	7.207	9.325	(8.434)	8.098	12.046	(10.313)	9.831
Participação nos lucros (i)	8.190	12.019	(10.455)	9.754	34.549	(24.377)	19.926
Salários	-	50.626	(50.626)	-	63.145	(63.145)	-
FGTS	354	6.198	(6.060)	492	7.668	(7.330)	830
Salário-educação	160	1.512	(1.492)	180	1.849	(684)	1.345
INSS	1.432	21.950	(21.709)	1.673	29.302	(29.385)	1.590
Previdência privada (ii)	272	3.753	(3.693)	332	6.393	(5.434)	1.291
Contribuição sindical	7	330	(300)	37	401	(410)	29
	17.622	112.092	(109.148)	20.566	164.421	(150.146)	34.842

(i) Participação nos lucros

O Grupo adota o programa de participação nos lucros para os empregados. O acordo é homologado pelo Sindicato. O valor está registrado como despesas administrativas na rubrica "Participação nos lucros".

(ii) Previdência privada

O Grupo oferece plano de previdência privada para os funcionários, administrado por uma instituição financeira autorizada sem vínculo com o Grupo. O plano é denominado PGBL, com característica de contribuição definida.

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Circulante						
Tributos sobre os lucros:						
IRPJ	628	2	-	11.493	4.015	2.499
CSLL	227	-	-	2.405	342	766
Demais tributos:						
ICMS	4.082	3.156	2.369	7.335	6.956	6.214
IPI	2.026	1.594	1.054	2.223	1.776	1.237
COFINS	1.630	1.344	980	3.404	2.613	1.819
PIS	351	292	213	736	567	395
IRRF	288	780	653	967	1.306	1.104
CFEM	-	-	-	1.097	997	998
Outros	125	69	277	277	213	345
Total	9.357	7.237	5.546	29.937	18.785	15.377
Não circulante						
ICMS (*)	6.757	2.739	-	7.017	2.739	-
IRPJ	-	-	-	-	267	-
Total	6.757	2.739	-	7.017	3.006	-

(*) ICMS originado pelos incentivos fiscais - PRODUZIR na controladora e FOMENTAR na controlada Precon.

17. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS FUTUROS A EX-EMPREGADOS

O Grupo, com base em laudo atuarial para data base de 31 de dezembro de 2010 preparado por empresa especializada independente, com parecer emitido em 21 de fevereiro de 2011, contabilizaram uma provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados.

a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios:

	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Taxa de desconto	10,73% a.a.	11,29% a.a.	10,25% a.a.
Crescimento das despesas com saúde	8,5% a.a.	8,51% a.a.	8,50% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,5% a.a.	4,50% a.a.	4,50% a.a.
Tábua de mortalidade geral	GAM83	GAM83	GAM83

b) Avaliação atuarial

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Número de participantes	339	351	365	559	568	584
Valor presente das obrigações no início do período	21.343	21.285	19.444	31.063	31.464	28.492
Juros sobre a obrigação atuarial	2.249	2.082	1.909	3.181	3.061	2.781
(Ganhos) perdas atuariais	-	(402)	1.658	-	(1.274)	2.972
Gastos realizados no período	(2.218)	(2.024)	(1.726)	(3.444)	(3.462)	(2.781)
Valor presente das obrigações no fim do período	21.374	20.941	21.285	30.800	29.789	31.464

c) Amortização dos ganhos atuariais

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidas	1.375	(402)	(804)	4.038	(1.274)	(1.963)
Corredor - 10% do valor presente das obrigações	(2.137)	(2.094)	(2.128)	(3.080)	(3.462)	(3.146)
Perdas atuariais reconhecidas a partir de 2011	-	-	-	958	-	-
Serviço médio futuro esperado (em anos)	16,42	17,42	18,60	16,42	17,42	18,60

d) Conciliação contábil do passivo

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Saldo contábil no início do período	20.716	20.561	20.297	29.449	29.562	29.501
Gastos realizados no período	(2.218)	(2.024)	(1.726)	(3.444)	(3.462)	(2.781)
Complemento da provisão	2.433	2.179	1.990	3.400	3.349	2.842
Total	20.931	20.716	20.561	29.405	29.449	29.562
Circulante	1.645	1.645	1.645	2.835	2.893	2.718
Não circulante	19.286	19.071	18.916	26.570	26.556	26.844
Total	20.931	20.716	20.561	29.405	29.449	29.562

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de outubro de 2009, foi aprovado o aumento do capital social de R\$226.851 para R\$334.251, mediante subscrição privada, no montante de R\$107.400, por meio de emissão de 17.900.000 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$6,00. Tal aumento de capital foi homologado em Reunião do Conselho de Administração em 15 de janeiro de 2010.

Até 21 de dezembro de 2009, foram subscritas 17.890.492 ações no valor de R\$107.301 (totalizando R\$334.152); as 9.508 ações remanescentes não subscritas, no montante de R\$99, foram leiloadas em 12 de janeiro de 2010.

Composição acionária

Composição acionária	31/12/10		31/12/09	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Pessoas físicas	5.543	50.962.215	6.318	40.869.396
Pessoas jurídicas	90	1.961.772	95	1.615.788
Pessoas residentes no exterior	72	6.585.698	49	3.220.359
Clubes, fundos e fundações	205	29.960.949	153	25.865.091
Subtotal	5.910	89.470.634	6.615	71.570.634
Ações em tesouraria	-	29.366	-	29.366
Total	5.910	89.500.000	6.615	71.600.000

b) Reserva de retenção de lucros

Em atendimento à Instrução Normativa nº 480, publicada pela CVM em 7 de dezembro de 2009, a Companhia apresenta quadro demonstrativo do orçamento de capital previsto para o exercício social de 2011 a seguir.

Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, conseqüentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital.

Como uma das fontes de recursos para financiar os investimentos previstos nesse orçamento de capital, a Administração está propondo a retenção do lucro líquido remanescente do exercício de 2010, no montante de R\$11.354, totalizando em 31 de dezembro de 2010 o montante de R\$33.495 na rubrica "Reserva de retenção de lucros".

Orçamento de capital - aplicação de recursos

	31/12/10
Investimento em ativo imobilizado	33.500
Projetos de novos investimentos	80.200
	113.700

c) Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$5.104 (R\$3.656 em 31 de dezembro de 2009), conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

d) Reserva estatutária

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu reserva estatutária no montante de R\$5.104 (R\$3.656 em 31 de dezembro de 2009). Conforme disposto no Estatuto Social, a reserva será destinada à manutenção do capital de giro da Companhia, até atingir 10% do capital social.

e) Dividendos

O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária de 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o lucro remanescente das reservas de lucros será totalmente distribuído aos acionistas.

O Estatuto Social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços anuais, semestrais ou intermediários.

Os dividendos pagos ou propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
RCA de 27/04/10	10/05/10	12.347	0,138
RCA de 04/08/10	27/08/10	12.257	0,137
RCA de 21/10/10	16/11/10	12.347	0,138
RCA de 02/03/11	25/03/11	21.204	0,237
Total		58.156	0,650

f) Juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração poderá deliberar também a distribuição de resultado na forma de pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente.

Os juros sobre o capital próprio pagos ou propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foram:

Evento	Início de pagamento	Valor total	Valor por ação - R\$
RCA de 27/04/10	10/05/10	5.548	0,062
RCA de 04/08/10	27/08/10	5.636	0,063
RCA de 21/10/10	16/11/10	5.547	0,062
RCA de 02/03/11	25/03/11	5.637	0,063
Total		22.368	0,250

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, foram destacados os montantes a título de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio, divididos da seguinte forma:

Evento	31/12/10	31/12/09
Lucro líquido do exercício	102.085	73.119
(-) Reserva legal (5%)	(5.104)	(3.656)
(-) Reserva estatutária (5%)	(5.104)	(3.656)
Lucro a ser distribuído	91.877	65.807
Dividendos mínimos obrigatórios	22.969	16.452
Dividendos pagos antecipadamente	36.952	25.980
Dividendos propostos	21.204	14.226
Juros sobre o capital próprio pagos (R\$14.221, líquidos do imposto de renda retido)	16.731	11.452
Juros sobre o capital próprio propostos (R\$4.791, líquidos do imposto de renda retido)	5.637	3.668
Total de dividendos e juros sobre o capital próprio	80.524	55.326
Percentual sobre a base de cálculo	87,64%	84,07%

g) Ações em tesouraria

Em junho de 2009, a Companhia cancelou 461.434 ações ordinárias, ao custo médio de R\$5,92, perfazendo o valor de R\$2.732, conforme deliberado e aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de abril de 2009.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$352 e R\$254, respectivamente.

h) Demonstração do resultado abrangente

Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração do resultado abrangente.

i) Lucro líquido por ação

Em conformidade com a IAS 33 (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 41 - Lucro por Ação), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)

	31/12/10	31/12/09
Numerador básico e diluído - Lucro líquido do exercício atribuível aos proprietários da Companhia	102.085	73.119
Denominador básico e diluído - Média ponderada das ações ordinárias em circulação, deduzidas as médias das ações ordinárias em tesouraria	89.470	72.061
Lucro básico e diluído por ação - R\$	1,14	1,01

Não existe nenhum efeito anti-dilutivo que deva ser considerado no cálculo acima.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 é conforme a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	112.630	74.798	133.384	104.635
Alíquota nominal (%)	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social, a alíquotas nominais	(38.294)	(25.431)	(45.351)	(35.576)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva decorrentes de diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	26.082	20.904	-	-
Juros sobre o capital próprio	4.972	3.138	4.972	5.140
Gratificação a administradores	(1.735)	(830)	(4.031)	(1.422)
Doações e brindes	(805)	(25)	(2.050)	(268)
Realização da mais valia dos ativos da Tégula	-	-	1.196	-
Tributos e multas indedutíveis	(232)	(16)	(232)	(16)
Outras (adições) exclusões	(533)	(101)	5.342	(202)
Outras adições temporárias	(2.010)	(753)	(7.321)	(2.735)
Compensação de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL	3.632	967	3.739	1.248
IRPJ e CSLL correntes	(8.923)	(2.147)	(43.736)	(33.831)
Reversões temporárias	2.010	753	7.321	2.735
Lucro não realizado nos estoques	-	-	810	466
Constituição de ativo fiscal diferido	-	682	8.044	367
Compensação de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL	(3.632)	(967)	(3.739)	(1.248)
IRPJ e CSLL diferidos	(1.622)	468	12.436	2.320
Despesa do exercício	(10.545)	(1.679)	(31.300)	(31.511)

b) Composição do ativo fiscal diferido

Os créditos fiscais diferidos, apresentados no ativo não circulante, referem-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa, conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL	8.959	12.571	13.538	16.893	12.571	13.538
Valor presente das obrigações no início do período	21.343	21.285	19.444	31.063	31.464	28.492
Benefícios futuros a ex-empregados	5.130	5.549	5.003	8.140	8.189	7.787
Provisão para riscos	6.275	6.092	3.909	12.801	9.457	5.733
Lucro não realizado nos estoques	-	-	-	2.405	1.595	1.129
Provisão para perdas no recebimento de créditos	-	-	-	3.125	2.787	2.786
Provisão para participação nos lucros e resultados	2.122	327	1.181	4.805	1.362	2.281
IRPJ e CSLL sobre ajustes de CPC	2	2	2	123	148	117
Outras provisões	1.066	548	981	1.496	1.093	1.474
Total	23.554	25.089	24.614	49.788	37.202	34.845

Expectativa de realização dos créditos tributários

i) Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia e de sua controlada Tégula, a estimativa de recuperação do saldo no ativo não circulante de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2010	-	2.344	973	-	2.344	973
2011	2.922	3.192	2.357	3.297	3.192	2.357
2012	1.484	2.374	2.933	2.245	2.374	2.933
2013	925	1.068	2.569	1.746	1.068	2.569
2014 a 2019	3.628	3.593	4.706	9.604	3.593	4.706
Total	8.959	12.571	13.538	16.892	12.571	13.538

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, descontados ao seu valor presente, realizados pela Companhia e por sua controlada Tégula até os próximos dez anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

A controlada Tégula, em 31 de dezembro de 2010, tinha prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$36.535 e base negativa de contribuição social de R\$37.161, para os quais não foram constituídos impostos diferidos.

ii) Diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante referente aos impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, será realizado conforme a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
2010	-	1.970	3.479	-	5.559	6.548
2011	3.578	1.526	1.526	9.740	2.718	2.718
2012	1.978	1.219	1.219	13.185	2.632	2.632
2013	1.877	901	901	2.108	1.997	1.997
2014 a 2019	7.162	6.902	3.951	7.863	11.725	7.412
Total	14.595	12.518	11.076	32.896	24.631	21.307

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, em 31 de dezembro de 2010, pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais a Companhia não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido da Companhia e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

c) O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apresentados no passivo não circulante, referem-se aos ajustes considerando a legislação tributária e os pronunciamentos do CPC, conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Amortização de ágio ("goodwill")	-	-	220	-
IRPJ e CSLL sobre ajustes de IFRS	90	-	60	-
Total	90	-	280	-

20. PARTICIPAÇÃO DOS COLABORADORES NOS LUCROS E RESULTADOS

O Grupo concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, sendo o valor destinado aos colaboradores calculado nos termos de acordo sindical firmado com o Grupo. A seguir os valores registrados de despesas de participação nos lucros e resultados:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Participação nos lucros e resultados	10.351	4.430	20.531	12.019

21. PROVISÃO PARA RISCOS

O Grupo possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A provisão para riscos foi constituída para os processos cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável, com base na análise individual dos respectivos processos feita pelos consultores jurídicos do Grupo.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/10	31/12/09	01/01/09	31/12/10	31/12/09	01/01/09
Processos trabalhistas	14.366	12.918	9.894	22.697	19.429	13.956
Processos cíveis e tributários	4.091	5.171	1.601	15.612	9.071	3.673
	18.457	18.089	11.495	38.309	28.500	17.629

As movimentações na provisão para riscos são apresentadas a seguir:

	Controladora (BR GAAP)				31/12/10
	31/12/09	Adições	Pagamentos	Reversões	
Processos trabalhistas	12.917	2.913	(262)	(1.202)	14.366
Processos cíveis e tributários	5.172	4.033	-	(5.114)	4.091
	18.089	6.946	(262)	(6.316)	18.457

	Controladora (BR GAAP)				31/12/10
	31/12/09	Adições	Pagamentos	Reversões	
Processos trabalhistas	19.429	8.491	(709)	(2.511)	24.700
Processos cíveis e tributários	9.071	12.084	(156)	(7.390)	13.609
	28.500	20.575	(865)	(9.901)	38.309

A Companhia efetua, quando necessário, depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências, classificados em rubrica específica do não circulante.

A provisão para contingências trabalhistas refere-se a ações indenizatórias, acidente de trabalho e reclamações trabalhistas, consideradas por nossos consultores jurídicos como perda provável.

Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia mantinha em andamento Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em que se discutia questões relacionadas à saúde ocupacional de ex-trabalhadores da antiga fábrica de Osasco, Estado de São Paulo. A ação foi julgada improcedente e a avaliação dos consultores jurídicos quanto à probabilidade de perda foi considerada como possível. Houve interposição de recurso por parte do Ministério Público.

Também possuía Ação Popular em Poções, Estado da Bahia, sobre questões de natureza ambiental e de saúde que está relacionada com as Ações Cíveis Públicas movidas pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal do Estado da Bahia, na Comarca de Vitória da Conquista, cujas avaliações dos consultores jurídicos quanto à probabilidade de perda foram consideradas como possíveis.

A Companhia mantinha em andamento uma Ação Civil Pública Consumerista no Estado do Rio de Janeiro e outra no Estado de Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contêm minério crisotila naqueles Estados. A proibição está suspensa por força de decisão proferida nos autos da reclamação proposta perante o STF. Quanto à ação de Pernambuco, encontra-se em fase inicial.

Na mesma data, o Grupo mantinha em andamento uma Ação de Improbidade Administrativa em que se discutia questões relacionadas à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza (CFEM).

Também possuía uma Ação Popular na Comarca de Minaçu, Estado de Goiás, relacionada à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra para a controlada Sama.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2010 existiam outras reclamações trabalhistas, processos cíveis, tributários e administrativos contra a Companhia e suas controladas, para os quais os assessores legais das Companhias classificam a possibilidade de perda como possível, no montante de R\$5.850; portanto, não foi registrada nenhuma provisão para essas reclamações trabalhistas, processos cíveis, tributários e administrativos, por se encontrarem em fases iniciais, devendo se alongar no tempo.

22. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

O Grupo mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. O plano foi contratado com o objetivo principal de suplementar a aposentadoria e pensão dos colaboradores e executivos. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, na modalidade de contribuição definida. As contribuições são realizadas pelas empresas e pelos participantes, seguindo percentuais preestabelecidos, de acordo com faixas progressivas de contribuição.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Contribuições efetuadas	2.286	2.182	3.996	3.753

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Receita bruta de vendas	574.610	444.815	991.302	743.393
Descontos e abatimentos incondicionais	(8.019)	(2.495)	(8.607)	(2.613)
Impostos incidentes sobre as vendas	(142.275)	(108.990)	(223.950)	(157.512)
	424.316	333.330	758.745	583.268

24. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Custo dos produtos e das mercadorias vendidos	297.876	247.200	432.219	337.626
Despesas com vendas	41.932	32.650	88.403	66.942
Despesas gerais e administrativas	50.816	34.151	101.311	64.428
Despesas financeiras	5.023	5.051	22.676	19.236
Outras despesas operacionais	9.156	11.502	22.580	19.244
	404.803	330.554	667.189	507.476
Matéria-prima consumida	203.487	151.817	305.712	229.028
Despesas com pessoal e encargos	88.438	69.513	169.031	121.470
Materiais, energia elétrica e serviços	61.741	60.614	31.872	31.290
Despesas de vendas variáveis	2.481	1.719	33.353	29.675
Depreciação e amortização	9.051	10.443	18.154	17.991
Provisão para contingências	6.958	5.083	30.432	22.151
Serviços de terceiros	10.749	7.748	19.792	12.977
Comissões sobre vendas	1.862	2.052	2.829	2.655
Contribuição para entidades de classe	1.502	6.595	10.601	11.026
Propaganda e publicidade	3.289	1.523	9.159	4.963
Impostos e taxas	5.525	3.160	5.991	3.264
Encargos financeiros sobre financiamentos e mútuo	2.313	2.430	122	498
Variação cambial passiva	174	163	16.986	12.957
Outras	7.233	7.694	13.155	7.531
	404.803	330.554	667.189	507.476

25. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Outras receitas operacionais:				
Vendas de bens do imobilizado	783	152	2.475	4.973
Receitas eventuais	888	3.643	4.480	4.050
Outras vendas	-	-	200	135
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos	174	3	174	3
Realização de receitas antecipadas	68	-	115	-
Aluguéis	15	8	1.984	1.308
	404.803	330.554	667.189	507.476
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos	(2.850)	(6.595)	(11.051)	(10.873)
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	(2.249)	(2.083)	(3.181)	(3.062)
Recuperação ambiental	-	-	(949)	-
Provisão para perdas diversas	(1.791)	-	(1.791)	-
Impostos sobre outras vendas	(579)	(253)	(1.296)	(1.257)
Garantia de qualidade	(142)	(231)	(276)	(350)
Substituição de produto avariado	(521)	(194)	(529)	(213)
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	(1.116)	(800)	(1.487)	(1.026)
Custo da baixa do imobilizado	(434)	(226)	(628)	(1.198)
Outras	526	(1.120)	(1.392)	(1.265)
	(9.156)	(11.502)	(22.580)	(19.244)
Total	(7.228)	(7.696)	(13.152)	(8.775)

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	(97)	(473)	(122)	(488)
Juros sobre mútuo	(2.216)	(1.957)	-	-
Juros passivos	(670)	(509)	(1.655)	(2.949)
Despesas bancárias	(529)	(682)	(760)	(883)
Descontos concedidos	(329)	(196)	(1.507)	(837)
IOF	(235)	(462)	(492)	(549)
PIS e COFINS - juros sobre capital próprio	(716)	(545)	(827)	(545)
Variações cambiais passivas	(174)	(163)	(16.986)	(12.957)
Outras	(57)	(64)	(327)	(28)
	(5.023)	(5.051)	(22.676)	(19.236)
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	7.012	1.523	8.909	2.768
Descontos obtidos	3.390	1.750	53	4
Juros ativos	2.234	2.243	5.668	5.240
Variações monetárias ativas	978	889	1.127	1.070
Variações cambiais ativas	864	329	16.547	9.187
Outras	-	-	96	95
	14.478	6.734	32.400	18.364
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	9.455	1.683	9.724	(872)

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

a) Adoção da IFRS 8 (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 22 - Segmentos Operacionais)

O Grupo adotou a IFRS 8 (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 22 - Segmentos Operacionais), com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009. A IFRS 8 e o pronunciamento técnico CPC 22 requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes do Grupo regularmente revisados pelo Presidente (principal tomador de decisões operacionais), a fim de alocar recursos para os segmentos e para avaliar o seu desempenho.

Como resultado, após a adoção da IFRS 8 e do pronunciamento técnico CPC 22, a identificação dos segmentos reportáveis do Grupo mudou.

b) Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

Em anos anteriores, a informação por segmentos divulgada foi analisada com base em dois segmentos (fibrocimento e minério crisotila). No entanto, as informações comunicadas ao Presidente do Grupo, para fins de alocação de recursos e avaliação de desempenho do segmento, estão especificamente orientadas para as áreas geográficas (fibrocimento) e os mercados locais e estrangeiros (asbesto de crisotila). Os segmentos reportáveis do Grupo de acordo com a IFRS 8 e o pronunciamento técnico CPC 22 são os seguintes:

Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
Descrição	Área geográfica
Fibrocimento	Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste
Minério crisotila	Mercados local e estrangeiros
Telhas de concreto	Mercado local
Outros	Mercado local

- Fibrocimento: inclui a fabricação e venda de telhas, caixas d'água, painéis moldados, divisórias e painéis planos.
- Minério crisotila: inclui a exploração e venda de minério crisotila.
- Telhas de concreto: inclui a fabricação e venda de telhas de concreto.
- Outras: inclui a fabricação e venda componentes para sistemas construtivos, caixas d'água de polietileno para o mercado local; e revenda de louças, assentos sanitários, filtros para tubulações de água, aquecedor solar, acessórios e telhas metálicas.

c) Receitas e resultados dos segmentos reportáveis

		Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		Receita líquida		Lucro bruto	
		31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Fibrocimento e cimento de fio sintético	Sudeste	95.844	85.009	26.021	21.966
	Sul	107.614	85.945	32.031	22.207
	Centro-Oeste	156.699	124.897	50.770	32.858
	Norte e Nordeste	68.896	57.502	20.530	14.858
	Exportação	51	189	50	189
		429.104	353.542	129.402	92.078
Minério crisotila	Mercado interno	109.537	82.667	80.633	79.950
	Mercado externo	111.268	130.219	81.909	69.273
		220.805	212.886	162.542	149.223
Telhas de concreto		57.963	-	18.754	-
Outros		50.873	16.840	15.828	4.341
Receita líquida		758.745	583.268		
Lucro bruto				326.526	245.642
Despesas e receitas não alocadas				(193.142)	(141.017)
Lucro antes dos impostos				133.384	104.625

Vendas entre partes relacionadas:

Durante o ano o segmento de minério crisotila vendeu R\$79.987 para segmento de fibrocimento e cimento de fio sintético (R\$59.411 em 2009).

Nenhum cliente do Grupo representa mais de 1,66% dos respectivos saldos das duplicatas a receber em 31 de dezembro de 2010 (2,49% em 31 de dezembro de 2009).

d) Ativos e passivos dos segmentos reportáveis

		Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		Ativos		Passivos	
		31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Fibrocimento e cimento de fio sintético	Sudeste	38.698	28.684	8.119	2.319
	Sul	89.720	80.926	4.620	4.086
	Centro-Oeste	64.828	55.123	8.586	6.262
	Norte e Nordeste	32.450	19.107	1.648	1.029
		225.696	183.840	22.973	13.696
Minério crisotila	Mercado interno	110.499	102.166	10.123	6.379
Telhas de concreto		43.395	-	3.949	-
Outros produtos (*)		54.115	30.577	2.776	567
Outras contas do balanço		227.373	255.259	208.526	160.398
		661.078	571.842	248.347	181.040

(*) Painéis Wall, telhas metálicas, caixas de polietileno, louças sanitárias e filtros.

e) Outras informações dos segmentos reportáveis

		Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
		Depreciação, amortização e exaustão		Adições no imobilizado e intangível	
		31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Fibrocimento e cimento de fio sintético	Sudeste	2.017	2.862	1.021	1.216
	Sul	3.657	3.941	10.767	13.389
	Centro-Oeste	1.689	2.474	2.688	1.788
	Norte e Nordeste	1.153	1.368	15.116	816
		8.516	10.645	29.592	17.209
Minério crisotila	Mercado interno	5.400	6.061	15.544	8.613
		5.400	6.061	15.544	8.613
Telhas de concreto		2.673	-	15.447	-
Outros		1.565	1.285	2.438	2.947
Total		18.154	17.991	65.002	28.769

28. COBERTURA DE SEGUROS

Os seguros mantidos pela Companhia e suas controladas, em 31 de dezembro de 2010, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	429.003

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

O Grupo contrata operações financeiras envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras. São contratados aplicações financeiras, financiamentos e contratos de câmbio.

A administração e gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração da Companhia e de suas controladas, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Aplicações financeiras

A política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Companhia e de suas controladas elege as instituições financeiras com as quais as operações podem ser realizadas, além de definir limites quanto aos valores a serem aplicados em cada uma delas.

Empréstimos e financiamentos

As operações estão registradas de acordo com os contratos celebrados e as respectivas taxas de juros usuais de mercado, conforme nota explicativa nº 14.

Na sua totalidade os financiamentos são denominados em moeda nacional e são corrigidos pelo CDI pós-fixado.

Contratos de câmbio

i) Riscos cambiais

A controlada Sama realiza operações de contratos de câmbio visando à proteção de sua exposição à variação da cotação de moedas, decorrente das vendas de produtos acabados para o mercado externo.

ii) Riscos de taxa de juros

O Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atreladas a taxas pós-fixadas.

O Grupo não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

b) Exposição cambial

Em 31 de dezembro de 2010, os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira, preponderantemente indexados ao dólar norte-americano, e relacionados à controlada Sama, são conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)		Cotação em 31/12/10 (US\$1,00 = R\$)
	31/12/10	31/12/09	
Cientes no mercado externo (i)	38.074	40.204	1,666
Fornecedores no mercado externo	(8.299)	(56)	1,666
ACE (ii)	(19.419)	(28.656)	1,666
Comissões no exterior	(111)	(66)	1,666
Frete internacionais	(477)	(775)	1,666
Total da exposição cambial	9.768	10.651	

(i) Valores a receber de clientes no exterior pela venda de minério crisotila.

(ii) A controlada Sama tem como prática descontar os contratos de exportação sempre que a cotação do dólar norte-americano se mostra favorável para esse tipo de operação, minimizando riscos de perdas com a variação cambial.

c) Exposição à taxa de juros

As exposições ativas (passivas) da Companhia e de suas controladas à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	31/12/09	31/12/10	31/12/09
Ativo-				
Aplicações financeiras (i)	54.232	121.804	77.294	138.945
Passivo:				
ACE (ii)	-	-	(19.419)	(28.656)
Empréstimos e financiamentos (iii)	(1.512)	(3.044)	(4.515)	(3.044)
Total da exposição à taxa de juros	(52.720)	(118.760)	(53.360)	(107.245)

(i) Estão representadas por fundos de renda fixa e CDB, com remuneração média de 103% e 109%, respectivamente, do CDI (vide notas explicativas nº 5 e nº 6).

(ii) O deságio aplicado pelo desconto dos recebíveis corresponde à taxa PRIME com variação média de 3,25% ao ano (vide nota explicativa nº 14).

(iii) Indexados à Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP com taxas médias ponderadas variando de 7,4% a 10% ao ano (vide nota explicativa nº 14).

Os empréstimos captados por conta garantida estão atrelados à variação do CDI e 0,3% ao mês.

d) Valor de mercado

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas refletem substancialmente os seus valores de mercado. Os valores de mercado desses instrumentos financeiros, no caso aplicações financeiras, empréstimos e ACE, foram obtidos mediante cálculo do seu valor presente, considerando taxas e juros praticados atualmente no mercado para operações de prazo e risco similares.

e) Análise de sensibilidade

O saldo a receber pelas exportações será totalmente liquidado em até 90 dias. A partir da taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2010 (R\$1,666 por US\$1,00), foram estimados quais seriam os ajustes do contas a receber, ACE, comissões e fretes a pagar para três cenários de dólar norte-americano em relação à taxa de 31 de dezembro de 2010.

Considerando o comportamento das variações do câmbio para as datas e os cenários mencionados, a Administração estima que a controlada Sama incorreria nos seguintes resultados com seus impactos nas demonstrações financeiras consolidadas e da Companhia:

Cenário	Variação - %	Valorização - R\$	Desvalorização - R\$	Ganhos ou perdas - R\$
Provável	2	1,699	1,6334	361
Possível	25	2,0834	1,250	4.517
Remoto	50	2,499	0,8334	9.034

f) Risco de crédito

As vendas do Grupo são efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão está refletido na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.

Nenhum cliente do Grupo representa mais de 1,66% dos respectivos saldos das duplicatas a receber em 31 de dezembro de 2010 (2,49% em 31 de dezembro de 2009).

O Grupo está sujeito também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração da Companhia e de suas controladas considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil

30. AMBIENTE E RECURSOS MINERAIS

Ambiente

A indústria de mineração no Brasil está sujeita aos controles governamentais para impedir os riscos potenciais ao meio ambiente, resultante da extração mineral.

Conforme o Decreto nº 97.632/89, são exigidos projetos de mineração, detalhando o programa de recuperação ambiental, bem como o impacto ao meio ambiente. A controlada Sama segue o PRAD, devidamente homologado e com cronograma para "remonte do 'site'", após a exaustão dos recursos minerais.

De acordo com o PRAD, a Sama está apta para extrair e processar o minério crisotila. Segundo o projeto inicial, a extração e o processamento do minério crisotila devem cessar no ano 2042, quando será colocado em prática o projeto para demolições, indenizações e recuperação da área degradada.

A cada exercício social, a Sama registra a obrigação com a recuperação ambiental, na mesma proporção da extração do minério, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

Taxa de desconto	9,08% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,5% a.a.

Valor presente dos desembolsos esperados

Ano	2010	2009
2042	905	818
2043	803	726
2044	429	388
2045 a 2049	368	331
Total	2.505	2.263

Considerando o acordo celebrado com o PRAD, a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2042 e 2049.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina em 2010 foi de R\$242 (R\$175 em 2009), calculado com base na produção atual de minério crisotila.

a) Recursos minerais (não auditado)

Segue a abertura dos recursos minerais do Grupo (asbesto de crisotila), que são explorados e transformados pela controlada Sama:

Ano	2010	2009
Recursos minerais	9.073.532 t	9.375.789 t
Produção anual	302.257 t	288.452 t
Vida útil estimada da mina (*)	31,5 anos	32,5 anos

(*) A diminuição da vida útil estimada deve-se à revisão da estimativa de produção da mina com base em laudo de avaliação elaborado por empresa independente.

31. EFEITOS NO RESULTADO E NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA CADA TRIMESTRE DE 2009 E DE 2010, DECORRENTES DA PLENA ADOÇÃO DO IFRS E DAS NOVAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL

Em conformidade com o Artigo 2º da Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011, combinado com o Artigo 1º da Deliberação CVM nº 603, de 10 de novembro de 2009, a Companhia apresenta, nos quadros abaixo, os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da plena adoção das normas de 2010, relativamente aos trimestres findos em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de 2010, bem como os relativos aos mesmos períodos do ano de 2009.

a) Conciliação do patrimônio líquido controladora e consolidado

	Em 31/03/10 (data da 1º ITR)		Em 31/03/09 (data da 1º ITR)	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	378.577	378.577	255.263	255.263
Reversão do ágio – goodwill na aquisição da controlada Sama	16.558	16.558	16.558	16.558
Correção monetária complementar do ativo imobilizado	212	1.665	212	1.422
Depreciação da correção monetária complementar	(34)	(427)	(29)	(328)
Reversão do ativo diferido	-	(133)	-	(133)
Reversão da amortização do ativo diferido	-	97	-	97
Equivalência patrimonial	1.242	-	1.061	-
IRPJ e CSLL diferidos	(61)	157	(62)	124
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP e IFRS	396.494	396.494	273.003	273.003

	Em 30/06/10 (data da 2º ITR)		Em 30/06/09 (data da 2º ITR)	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	384.969	384.969	264.693
Reversão do ágio – goodwill na aquisição da controlada Sama	16.558	16.558	16.558	16.558
Correção monetária complementar do ativo imobilizado	212	1.665	212	1.422
Depreciação da correção monetária complementar	(36)	(453)	(31)	(354)
Reversão do ativo diferido	-	(133)	-	(133)
Reversão da amortização do ativo diferido	-	97	-	97
Equivalência patrimonial	1.226	-	1.046	-
IRPJ e CSLL diferidos	(60)	166	(62)	133
			-	
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP e IFRS	402.869	402.869	282.416	282.416

	Em 30/09/10 (data da 3º ITR)		Em 30/09/09 (data da 3º ITR)	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	Patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores	392.607	392.607	266.452
Reversão do ágio – goodwill na aquisição da controlada Sama	16.558	16.558	16.558	16.558
Correção monetária complementar do ativo imobilizado	212	1.665	212	1.422
Depreciação da correção monetária complementar	(37)	(480)	(32)	(378)
Reversão do ativo diferido	-	(133)	-	(133)
Reversão da amortização do ativo diferido	-	97	-	97
Equivalência patrimonial	1.209	-	1.030	-
IRPJ e CSLL diferidos	(60)	175	(61)	141
			-	
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP e IFRS	402.869	402.869	282.416	282.416

b) Conciliação do resultado da controladora

	Em 31/03/10 (data da 1º ITR)	
	01/01/10 a 31/03/10	01/01/09 a 31/03/09
	Lucro líquido do período de acordo com as práticas contábeis anteriores	23.249
Depreciação sobre a correção monetária complementar	(2)	(1)
Resultado da equivalência patrimonial	(16)	(16)
IRPJ e CSLL diferidos	1	-
Lucro líquido de acordo com o BR GAAP	23.232	21.620

	Em 30/06/10 (data da 2º ITR)			
	01/04/10 a 30/06/10	01/01/10 a 30/06/10	01/04/09 a 30/06/09	01/01/09 a 30/06/09
	Lucro líquido do período de acordo com as práticas contábeis anteriores	24.286	47.535	17.303
Depreciação sobre a correção monetária complementar	(1)	(3)	(1)	(2)
Resultado da equivalência patrimonial	17	1	(16)	(33)
IRPJ e CSLL diferidos	-	1	-	1
			-	
Lucro líquido de acordo com o BR GAAP	24.302	47.534	17.286	38.906

	Em 30/09/10 (data da 3º ITR)			
	01/07/10 a 30/09/10	01/01/10 a 30/09/10	01/07/09 a 30/09/09	01/01/09 a 30/09/09
	Lucro líquido do período de acordo com as práticas contábeis anteriores	25.533	73.068	17.004
Depreciação sobre a correção monetária complementar	(2)	(5)	(2)	(2)
Resultado da equivalência patrimonial	25	26	(16)	(16)
IRPJ e CSLL diferidos	1	2	1	1
			-	
Lucro líquido de acordo com o BR GAAP	25.557	73.091	16.987	55.893

c) Conciliação do resultado consolidado

	Em 31/03/10 (data da 1º ITR)	
	01/01/10 a 31/03/10	01/01/09 a 31/03/09
	Lucro líquido do período de acordo com as práticas contábeis anteriores	23.249
Depreciação sobre a correção monetária complementar	(26)	(26)
IRPJ e CSLL diferidos	9	9
Lucro líquido de acordo com o BR GAAP	23.232	21.620

	Em 30/06/10 (data da 2º ITR)			
	01/04/10 a 30/06/10	01/01/10 a 30/06/10	01/04/09 a 30/06/09	01/01/09 a 30/06/09
	Lucro líquido do período de acordo com as práticas contábeis anteriores	24.286	47.535	17.303
Depreciação sobre a correção monetária complementar	(27)	(53)	(26)	(52)
Juros sobre financiamento de imobilizado	52	52	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	(9)	-	9	18
			-	
Lucro líquido de acordo com o BR GAAP	24.302	47.534	17.286	38.906

	Em 30/09/10 (data da 3º ITR)			
	01/07/10 a 30/09/10	01/01/10 a 30/09/10	01/07/09 a 30/09/09	01/01/09 a 30/09/09
	Lucro líquido do período de acordo com as práticas contábeis anteriores	25.533	73.068	17.004
Depreciação sobre a correção monetária complementar	(27)	(80)	(26)	(78)
Juros sobre financiamento de imobilizado	63	115	-	-
IRPJ e CSLL diferidos	(12)	(12)	9	27
			-	
Lucro líquido de acordo com o BR GAAP	25.557	73.091	16.987	55.893

32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 2 de março de 2011.